



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

Instruções gerais: Em cada área de estudo, as referências temáticas correspondem a pontos numéricos, a serem objeto de sorteio, na fase da prova oral do Processo Seletivo. As referências bibliográficas são apresentadas de modo meramente sugestivo, sem limitar ou vincular a preparação e os estudos do candidato ou a avaliação a ser realizada pela Banca Examinadora.

LINHA DE PESQUISA 1

PODER, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Área de Estudo: P-01 - Justiça Tributária e Segurança Jurídica

Referências temáticas

- 1) Justiça tributária e princípios constitucionais 1.1) Princípio da legalidade 1.2) Princípio da capacidade contributiva 1.3) Princípio da isonomia: liberdade e igualdade 1.4) O sobreprincípio da segurança jurídica
- 2) Imunidades tributárias 2.1) Distinção entre imunidade, isenção e não-incidência 2.2) Imunidades genéricas 2.3) Imunidades específicas
- 3) Tipos e conceitos no Direito Tributário 3.1) O uso de conceitos para atribuição de competências tributárias 3.2) O raciocínio tipológico e a questão da segurança jurídica 3.3) Acórdãos do STF: análise crítica do modo de pensar conceitual e tipificante no Direito Tributário
- 4) Conceito de tributo 4.1) História da tributação 4.2) Espécies tributárias 4.3) Impactos da predestinação das receitas na constitucionalidade dos tributos 4.4) As taxas e seu uso impróprio como substitutivas dos impostos
- 5) Interpretação e aplicação da legislação tributária 5.1) A interpretação como atividade reconstitutiva de sentido dos enunciados 5.2) As regras do CTN 5.3) A compatibilização do art. 111 do CTN com o princípio da igualdade
- 6) A proteção da confiança e a irretroatividade do Direito Tributário 6.1) Vinculação dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário 6.2) Boa fé 6.3) A transação como solução consensual no Direito Tributário
- 7) Poder de Polícia Fiscal 7.1) Conceito, meios, atributos, características, formas de atuação, limites 7.2) Manifestações do poder de polícia fiscal e limites à atuação do Fisco 7.3) Dívida ativa de créditos tributários: procedimento, inscrição, execução 7.4) Direito ao contraditório na fase fiscalizatória
- 8) Sanções tributárias 8.1) Multas por descumprimento de obrigação principal e acessória 8.2) O princípio da consunção e as multas fiscais 8.3) Limites decorrentes dos princípios constitucionais (proporcionalidade e não-confisco) 8.4) O uso das multas para submeter o contribuinte ao pagamento de dívidas em anistias: prejuízo para a segurança jurídica



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO

Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL

Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado

- 9) Tributação do consumo 9.1) Não-cumulatividade 9.2) O ICMS e a prestação de serviços 9.3) Tributação na era digital: conflitos ISSQN x ICMS 9.4) A tributação sobre a receita bruta
- 10) Tributação da renda. 10.1) Direito tributário e contabilidade 10.2) Existe um conceito constitucional de renda? 10.3) A dupla tributação internacional e os mecanismos para evitá-la.

Referências Bibliográficas (preferência para edições mais recentes)

ÁVILA, Humberto. Competências Tributárias. São Paulo: Malheiros.

BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves. Poder de Polícia Fiscal. Belo Horizonte: Mandamentos.

BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves. Por que a Guerra Fiscal? Os desafios do Estado na modernidade líquida. Revista Brasileira de Estudos Políticos. v.102, p. 305 - 341, 2011.

BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves. Transações Administrativas. São Paulo: Quartier Latin.

BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves. O outro Leviatã e a Corrida ao Fundo do Poço. Coimbra: Almedina.

COELHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de Direito Tributário. Rio de Janeiro: Forense.

DERZI, Misabel Abreu Machado. Direito Tributário Brasileiro. Atualização da obra de Aliomar Baleeiro, Rio de Janeiro, Forense.

DERZI, Misabel Abreu Machado. Direito Tributário, Direito Penal e Tipo. São Paulo: Revista dos Tribunais.

DERZI, Misabel Abreu Machado. Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar. Atualização da obra de Aliomar Baleeiro. Rio de Janeiro: Forense.

DERZI, Misabel Abreu Machado. Modificações da Jurisprudência no Direito Tributário: proteção da confiança, boa fé objetiva e irretroatividade como limitações constitucionais no poder judicial de tributar. São Paulo: Noeses.

DERZI, Misabel Abreu Machado. Os Conceitos Econômicos e Contábeis e sua Influência no Direito Tributário. Revista de Direito Tributário, v. 125, 2016, pp. 163-167.

DERZI, Misabel Abreu Machado. Tipos e Conceitos. A incompatibilidade do modo de pensar por tipos e as regras de competência tributária constitucionais (federalismo, separação de poderes, segurança jurídica e direitos e garantias fundamentais). Disponível em <https://sachacalmon.com.br/publicacoes/artigos/>

FONSECA, Fernando Daniel de Moura. Imposto sobre a Renda – uma proposta de diálogo com a contabilidade. Belo Horizonte: Fórum.

GUASTINI, Riccardo. Das Fontes às Normas. São Paulo: Quartier Latin.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

MOREIRA, André Mendes. A Não-Cumulatividade dos Tributos. São Paulo: Noeses.

MOREIRA, André Mendes. A Tributação dos Serviços de Comunicação. São Paulo: Noeses.

MOREIRA, André Mendes. Neutralidade, Valor Acrescido e Tributação. Belo Horizonte: Fórum, 2019.

MOREIRA, André Mendes e RIBEIRO, Jamir Calili. Metodologia do Direito Tributário e o Modo de Raciocinar por Tipo e por Conceitos. In: Sacha Calmon Navarro Coelho. (Org.). Segurança Jurídica. Rio de Janeiro: GEN-Forense, 2013, v. 1, p. 517-538.

MOREIRA, André Mendes e MACHADO, Sophia Goreti Rocha. Conceito de Tributo e sua Divisão em Espécies. Revista Fórum de Dir. Tributário, nº 76. Belo Horizonte: Fórum, jul./ago. 2015, pp. 71-90.

RAZ, Joseph. The Rule of Law and its Virtue. In: The Authority of Law: Essays on Law and Morality. Oxford: Clarendon Press.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

Área de Estudo: P-02 – Teoria Constitucional, Direitos Humanos e Instituições Democráticas.

Referências temáticas

- 1) As teorias interpretativas do direito e a legitimidade das decisões judiciais no constitucionalismo contemporâneo
- 2) Os fundamentos político-filosóficos do constitucionalismo e a controvérsia sobre a legitimidade da jurisdição constitucional. O debate entre o "constitucionalismo jurídico" e o "constitucionalismo político"
- 3) A dignidade da legislação e a (i)legitimidade da jurisdição constitucional nos sistemas jurídicos democráticos
- 4) O princípio do Estado de Direito, a justificação das decisões judiciais e os riscos do instrumentalismo
- 5) Com e contra o empirismo judicial, o pragmatismo e o movimento anti-teórico no direito.
- 6) Direito e igualdade política no liberalismo igualitário.
- 7) As teorias dos diálogos institucionais e as novas experiências de desenhos institucionais no Direito Comparado. Cortes Constitucionais: modelos de deliberação e posturas interpretativas
- 8) Igualdade política e o papel da religião na esfera pública
- 9) Liberdade de expressão e o discurso de ódio no pensamento político contemporâneo
- 10) Justiça distributiva, direito público e direito privado

Referências bibliográficas

BELLAMY, R (2007). Political Constitutionalism: A Republican Defence of the Constitutionality of Democracy. Cambridge: Cambridge University Press.

BUSTAMANTE, Thomas (2016). R. On the Difficulty to Ground the Authority of Constitutional Courts: Can Strong Judicial Review be Morally Justified? In: Bustamante, Thomas e Fernandes, Bernardo Gonçalves (orgs.) Democratizing Constitutional Law. Heidelberg: Springer. Disponível em: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2617111.

DWORKIN, Ronald (2013). Religion Without God. Cambridge, MA: Belknap.

DWORKIN, Ronald (2011). Justice for Hedgehogs. Cambridge, MA, Belknap.

FERNANDES, B. G. A. (2010). Os Passos da Hermenêutica: Da Hermenêutica à Hermenêutica Filosófica, da Hermenêutica Jurídica à Hermenêutica Constitucional e da Hermenêutica Constitucional à Hermenêutica Constitucionalmente adequada ao Estado Democrático de Direito. In:



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

Fernandes, Bernardo Gonçalves (org.). *Interpretação Constitucional: Reflexões sobre (a nova) Hermenêutica*. Salvador: Jus Podivm, v. 01, p. 7-101.

GARDBAUM, S. (2013) *The New Commonwealth Model of Constitutionalism*. Cambridge: Cambridge University Press.

ISSACHAROFF, Samuel (2015). *Fragile Democracies: Contested Power in the Era of Constitutional Courts*. Cambridge: Cambridge University Press.

KYMLICKA, Will (2006). *Filosofia política contemporânea*. Trad. de Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes.

MENDES, Conrado Hubner. (2011). *Direito Fundamentais, Separação de Poderes e Deliberação*. São Paulo: Saraiva.

POSNER, R (2002). *The Problematics of Moral and Legal Theory*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

RAWLS, John (2003). *Justiça como equidade: uma reformulação*. Trad. de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes.

SCHEFFLER, Samuel. *Distributive justice, the basic structure and the place of private law*. *Oxford Journal of Legal Studies*, v. 35, n. 2, p. 213-235 (2015).

TAMANAHA, Brian (2006). *Law as a Means to an End: Threat to the Rule of Law*. Cambridge: Cambridge University Press.

WALDRON, J (1999). *Law and Disagreement*. Oxford: OUP

WALDRON, J (2012). *The Harm in Hate Speech*. Cambridge, MA: Belknap.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado

Área de Estudo: P-03 - Direito Penal Contemporâneo

Referências temáticas

- 1) O modelo constitucionalmente orientado de direito penal: princípios constitucionais em matéria penal.
- 2) Funções do Direito Penal.
- 3) Unidade e pluralidade de crimes; concurso de crimes e de normas
- 4) Teorias da ação e modelos teóricos de delito: evolução e debate contemporâneo.
- 5) Causalidade e imputação objetiva nos crimes comissivos e omissivos.
- 6) Tipicidade e causas de sua exclusão.
- 7) Ilícitude penal e causas de sua exclusão.
- 8) Culpabilidade e causas de sua exclusão.
- 9) Funções da pena e sua aplicação.
- 10) Responsabilidade e imputação em delitos empresariais

Referências bibliográficas

BATISTA, Nilo. ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Direito penal brasileiro*. Rio de Janeiro, Revan, 2003, v.I., 2010, v.II, I.

BRODT, Luís Augusto Sanzo. *Da consciência da Ilícitude no Direito Penal Brasileiro*. Belo Horizonte: Del Rey, 1996.

____. Novo estudo sobre a consciência da ilicitude. Porto Alegre: Nuria Fabris, 2019.

ESTELITA, Heloisa. *Responsabilidade penal de dirigentes de empresas por omissão*. São Paulo: Marcial Pons, 2017.

FERRAJOLI, Luigi. *Direito e razão; teoria do garantismo penal*. Trad. Ana Paula Zomer Sica. Fauzi Hassan Choukr, Juarez Tavares e Luiz Flávio Gomes. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

GALVÃO, Fernando. *Direito Penal: parte geral*. 13a ed. Belo Horizonte: D'Plácido, 2020.

____. *Teoria do crime da pessoa jurídica: proposta de alteração do PLS 236*. Belo Horizonte: D'Plácido, 2020.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO

Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado

GRECO, Luís. Problemas de causalidade e imputação objetiva nos crimes omissivos impróprios. São Paulo: Marcial Pons, 2018.

HORTA, Frederico Gomes de Almeida. *Do concurso aparente de normas penais*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2007.

_____. *Elementos normativos das leis penais e conteúdo intelectual do dolo: da natureza do erro sobre o dever extrapenal em branco*. São Paulo: Marcial Pons, 2016.

RAMACCI, Fabrizio. *Corso di diritto penale*. 5a. ed., Torino: Giappicchelli, 2007

ROXIN, Claus. *Derecho Penal*; parte general. Fundamentos. La estructura de la teoría del delito. Trad y notas. Diego-Manuel Luzón Peña, Miguel Díaz y García Conlledo e Javier de Vicente Remesal. Madrid: Civitas, 2000, Tomo I.

SALES, Sheila Jorge Selim de e PIRES, Ariosvaldo de Campos. Alguns movimentos político-criminais da atualidade. In: *Revista do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais*. São Paulo: RT, 2003, v. 42, p. 295-306.

SALES, Sheila Jorge Selim de. *Escritos de direito penal*. 2a. ed., Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

_____. *Dos tipos plurissubjetivos*. Belo Horizonte: Del Rey, 1997.

_____. *Do sujeito ativo*; na parte especial do código penal. Belo Horizonte: Del Rey, 1993. SANTOS, Juarez Cirino dos. *A moderna teoria do fato punível*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2000.

_____. *Teoria da pena*; fundamentos políticos e aplicação judicial. Curitiba: Lumen Juris, 2005.

SILVA SÁNCHEZ, Jesús María. *A expansão do direito penal. Aspectos da política criminal nas sociedades pós-industriais*. Trad. Luiz Otávio de Oliveira Rocha. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

TAVARES, Juarez. Fundamentos de teoria do delito. Florianópolis: Tirant lo Blanch, 2018.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

Área de Estudo: P-04 - Direito e Administração Pública

Referências temáticas

- 1) Princípios fundamentais, interesse público e regimes jurídicos público e privado na Administração Pública.
- 2) Organização administrativa e exercício de poderes administrativos por particulares.
- 3) Regimes jurídicos de pessoal na Administração Pública: hibridismo e flexibilização.
- 4) Processualidade e processualização da atividade administrativa: dos atos aos procedimentos administrativos.
- 5) Contratualização, parcerias e participação na Administração Pública.
- 6) Transformações nos serviços públicos e instrumentos de interferência do estado no domínio econômico.
- 7) Exploração econômica e função social dos bens públicos e interferências do Estado na propriedade
- 8) Responsabilidade administrativa e extracontratual do Estado
- 9) Controle da Administração Pública e tutela da probidade empresarial
- 10) Consensualidade, segurança jurídica e resolução de conflitos na Administração Pública

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Florivaldo Dutra de. **Motivação e Controle do Ato Administrativo**. 2 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

ARAÚJO, Florivaldo Dutra de. **Negociação Coletiva dos Servidores Públicos**. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

BAPTISTA, Patrícia. **Transformações no Direito Administrativo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

BITENCOURT NETO, Eurico. **Concertação administrativa interorgânica: Direito Administrativo e Organização no Século XXI**. São Paulo: Almedina, 2017.

DIAS, Maria Tereza Fonseca. **Direito administrativo pós-moderno**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2003.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella; MOTTA, Fabrício; FERRAZ, Luciano de Araújo. **Servidores Públicos na Constituição de 1988**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2014.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado

FERRAZ, Luciano. **Controle e consensualidade:** fundamentos para o Controle Consensual da Administração Pública. Belo Horizonte: Fórum, 2019.

FERRAZ, Luciano. MARRARA, Thiago. **Direito Administrativo dos Bens e Restrições Estatais à Propriedade.** 2ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, São Paulo, 2019.

FORTINI, Cristiana (org.). **Servidor Público:** estudos em Homenagem ao Professor Pedro Paulo de Almeida Dutra. 2 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2013.

FORTINI, Cristiana; PEREIRA, Maria Fernanda Pires de; CAMARÃO, Tatiana Martins da Costa. **Processo Administrativo:** Comentários à Lei nº 9.784/1999. 2ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

FORTINI, Cristiana (Coord.). **Registro de Preços:** análise da Lei 8.666/93, do Decreto Federal nº 7.892/13 e de outros atos normativos. 2ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2014.

GONÇALVES, Pedro. **Entidades Privadas com Poderes Públicos,** Lisboa; Almedina, 2008.

MEDAUAR, Odete. **Direito administrativo em evolução.** 3 ed. São Paulo: Gazeta Jurídica, 2016.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. **Mutações do Direito Administrativo.** 3 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

SCHMIDT-ASSMANN, Eberhard. **La teoría general del derecho administrativo como sistema.** Madri: INAP - Marcial Pons, 2003.

Manuais de base:

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Curso de Direito Administrativo.** 34 ed. São Paulo: Malheiros, 2019.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo.** 31ª ed. São Paulo: Atlas, 2018.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de Direito Administrativo.** 13. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

Área de Estudo: P-05 - Administração Pública e Desenvolvimento Estratégico

Referências temáticas

- 1) Estado Regulador na Constituição de 1988: Estado como agente normativo e regulador da ordem econômica. Regulação, Poder de Polícia, Fomento, Serviços Públicos, Atividade Econômica em sentidos amplo e estrito.
- 2) Relações entre Estado e Empresas. Lei de Liberdade Econômica.
- 3) Empresas Estatais. Sociedades de Economia Mista e Empresas Públicas. Aspectos subjetivo e objetivo. Estado como acionista: Empresas controladas e Empresas participadas. Atividade econômica e serviços públicos: Regimes jurídicos.
- 4) Participação do Estado na atividade empresarial: Regimes de monopólio, privilégio e competição. Poder concedente dos serviços públicos. Relação entre concedente, concessionário e usuário. Distinções dos regimes jurídicos do usuário e do consumidor: distinções. Regimes jurídicos das concessões em sentido amplo (concessão, permissão, parcerias público-privadas).
- 5) Institutos de Desenvolvimento Econômico. Macro e micro instituições de desenvolvimento: agências de fomento, contratos administrativos, institutos de propriedade intelectual.
- 6) Direito Econômico e Administrativo Sancionatório: fundamentos e princípios. Lei n. 8.078/90 (defesa do consumidor). Lei n. 12.529/2011 (defesa da concorrência). Lei 8.429/92 (improbidade administrativa). Lei 12.846/13 (improbidade empresarial).
- 7) Combate à Corrupção: elementos fundamentais. Fundamentos e sentido jurídico e econômico do combate à corrupção. Métodos jurídicos de prevenção, investigação e repressão. Experiência internacional: direito anticorrupção comparado.
- 8) Lei Anticorrupção Empresarial: Contexto. Fundamentos. Discussão sobre sua constitucionalidade. Responsabilidade Objetiva. As infrações e as sanções. Processo Administrativo de Responsabilização. Acordo de Leniência. Análise comparativa com o acordo de leniência da Lei 12.529/11.
- 9) Programas de conformidade: requisitos, necessidades e finalidades. Efeitos jurídicos e econômicos na adoção de programas de conformidade. Debates sobre estratégias públicas e privadas com relação aos programas de conformidade. Perspectivas comparadas.
- 10) Programas de leniência: conceito. Programas de leniência no ordenamento brasileiro e seus diferentes regramentos, requisitos e consequências jurídicas. Debates sobre efetividade de programas de leniência.

Referências bibliográficas

ACEMOGLU, Daron e ROBINSON, James. Por que as nações fracassam. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO

Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado

CARVALHO, Vinicius Marques de. (Org). A Lei n. 12.529/2011 e a nova política de defesa da concorrência. São Paulo: Singular, 2015.

CARVALHOSA, Modesto, Considerações sobre a Lei anticorrupção das pessoas jurídicas: Lei n. 12.846 de 2013. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

DAL POZZO, Antonio Araldo Ferraz. Lei Anticorrupção: apontamentos sobre a Lei nº 12.846/2013/. Belo Horizonte: Fórum, 2014.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella; MARRARA, Thiago (Coord.). Lei Anticorrupção comentada. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

FÉRES, Marcelo Andrade et CHAVES, Natália Cristiana. O Emprego de Tecnologias e Inovações no Combate à Corrupção. In: PARENTONI, Leonardo. Direito, Tecnologia e Inovação, v. I. Belo Horizonte: D'Plácido, 2018, pp. 589 a 614.

FÉRES, Marcelo Andrade et CHAVES, Natália Cristiana. Sistema Anticorrupção e Empresa. Belo Horizonte: D'Plácido, 2018.

FORTIN, Cristiana; DE FARIA, Edmur Ferreira. Os contornos do acordo de leniência após a Medida Provisória nº 703/15: promessa de sucesso ou cenário de incertezas? DUC IN ALTUM-CADERNOS DE DIREITO, v. 8, n. 14, 2016.

FORTINI, Cristiana (Coord.). Corrupção de Seus Múltiplos Enfoques Jurídicos. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

FORTINI, Cristiana. Mecanismo de Controle Interno e Sua Matriz Constitucional. 1ª. ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2012. v. 01. 329p.

FORTINI, Cristiana. Uma rápida comparação entre a Lei 12.846/13 e norte-americano *Foreign Corrupt Practices Act* (FCPA). Disponível em: . Acesso em 30 de abril de 2016.

FORTINI, Cristiana; LACERDA, B. A. O Direito Administrativo e a fundamentalidade da pessoa. Fórum Administrativo, v. 10, p. 19-28, 2010.

FORTINI, Cristiana; PIRES, P. G. C. . Equilíbrio Econômico-Financeiro nos contratos de PPP. In: Marçal Justen Filho; Rafael Wallbach Schwind. (Org.). Parcerias público-privadas: reflexões sobre os 10 anos da Lei 11.079/2004. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, v. 1, p. 283-308.

FORTINI, Cristiana; PIRES, P. G. C. . O regime jurídico das parcerias voluntárias com as Organizações da Sociedade Civil: inovações da Lei n 13.019/2014. A&C. Revista de Direito Administrativo & Constitucional (Impresso), v. 1, p. 93, 2015.

FORTINI, Cristiana; SCHRAMM, Fernanda Santos. Direito Premial e os incentivos à integridade na Administração indireta. In: ZENKNER; Marcelo; CASTRO, Rodrigo Pironti Aguirre de (Coord.). Compliance no setor público. Belo Horizonte: Fórum, 2020, p. 35-51, ISBN 978-85-450-0740-1.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL**

Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado

FORTINI, Cristiana; SHERMAM, Ariane. Corrupção: causas, perspectivas e a discussão sobre o princípio do bis in idem. Revista de Investigações Constitucionais, Curitiba, vol. 5, n. 2, p. 91-112, mai./ago. 2018.

FORTINI, Cristiana; SHERMAM, Ariane. Governança corporativa e medidas preventivas contra a corrupção na Administração Pública: um enfoque à luz da Lei nº 13.303/2016. Revista de Direito da Administração Pública, Universidade Federal Fluminense, ISSN 24472042, ano 2, vol. 2, n. 1, p. 176-187, jan./jun. 2016.

FORTINI, Cristiana; SHERMAM, Ariane. Lei anticorrupção empresarial: os riscos na sua regulamentação e implementação. In: DIAS, Maria Tereza Fonseca; REPOLÊS, Maria Fernanda Salcedo. (Org.). O Direito entre a esfera pública e a autonomia privada: transformações do direito público no ambiente democrático. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015, v. 2, p. 161-184.

FORTINI, Cristiana; VIEIRA, Ariana Shermam Moraes. Lei anticorrupção empresarial: os riscos de sua regulamentação e implementação. In: REPOLÊS, Maria Fernanda Salcedo; DIAS, Maria Tereza Fonseca (coord). O direito entre a esfera pública e a autonomia privada: transformações do direito público no ambiente democrático. Belo Horizonte: Fórum, 2015, p.161-184, v 2.

JUSTEN FILHO, Marçal. O Direito das Agências Reguladoras Independentes. 1. ed. São Paulo: Dialética, 2002. v. 1. 639p.

LARA, Fabiano Teodoro de Rezende. Using Competition Law and Intellectual Property Law to Foster Innovation: A Preliminary Study. In: Giuseppe Bellantuono; Federico Puppò. (Org.). CONVERGENCES AND DIVERGENCES BETWEEN THE ITALIAN AND THE BRAZILIAN LEGAL SYSTEMS. Trento: Università degli Studi di Trento, 2015, v. 14, p. 145-164.

LARA, Fabiano Teodoro de Rezende; BELLANTUONO, Giuseppe (Org.). Law, Development and Innovation. Cham: Springer International Publishing, 2015.

LARA, Fabiano Teodoro de Rezende; GONTIJO, Guilherme Dias. Princípio da Eficiência: forjando uma Administração Pública pragmática? In: Roberto Correia da Silva Gomes Caldas; Joana Stelzer; Liane Francisca Hüning Birnfeld. (Org.). Direito e administração pública I. Florianópolis: CONPEDI, 2014.

LARA, Fabiano Teodoro de Rezende; LEURQUIN, Pablo Georges Cícero Fraga. A regulação da aviação civil e o desenvolvimento econômico brasileiro. In: Leandro Novais e Silva. (Org.). Regulação e concorrência no setor aéreo no Brasil: alternativas possíveis. São Paulo: Singular, 2014, v. 1, p. 175-200.

LARA, Fabiano Teodoro. Desenvolvimento, Instituições e Desenho de Mecanismos In: Políticas públicas: planejamento e sustentabilidade. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2018, p. 10-26.

RAGAZZO, Carlos Emmanuel Joppert. A Regulação da Concorrência. In: Sérgio Guerra. (Org.). Regulação no Brasil: Uma Visão Multidisciplinar. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

VERÍSSIMO, Carla. Compliance – Incentivo à Adoção de Medidas Anticorrupção. São Paulo: Saraiva, 2018.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

Área de Estudo: P-06 - Empresa no Mercado

Referências temáticas

- 1) História do Direito Privado: formação do Direito Civil e do Direito Empresarial e sua inserção na ordem constitucional.
- 2) Direito das Obrigações: unidade ou dualidade?
- 3) Negócio jurídico, contrato e autonomia da vontade.
- 4) A pessoa jurídica e seu emprego no Direito Societário.
- 5) Dimensões pública e privada do mercado financeiro e de capitais.
- 6) Coisas e Direitos Reais.
- 7) Responsabilização subjetiva e objetiva do empresário.
- 8) Estabilidade e alteração do Direito Privado em face de novas tecnologias.
- 9) Crise econômico-financeira da pessoa: insolvência, falência e recuperação judicial.
- 10) Boa-fé no Direito Privado.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. Negócio Jurídico: existência, validade e eficácia. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

CAENEGEN, R. C. Uma Introdução Histórica ao Direito Privado. 2. ed. trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

CORRÊA-LIMA, Osmar Brina; LIMA, Sérgio Mourão Corrêa (Coord.). Comentários à nova lei de falência e recuperação de empresas. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

COUTO E SILVA, Clóvis do. O princípio da boa fé no direito brasileiro e português. In: CAETANO, Marcelo et al. Estudos de Direito Civil Brasileiro e Português. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980.

DE LUCCA, Newton; SIMÃO FILHO, Adalberto; LIMA, Cíntia Rosa Pereira de (Coord.). Direito & Internet III: Marco Civil da Internet – Lei nº 12.965/2014. São Paulo: Quartier Latin, 2015. t. I e II.

EIZIRIK, Nelson et. al. Mercado de capitais e regime jurídico. 2. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: RENOVAR, 2011.

FRANÇA, Erasmo Valladão de Azevedo e Novaes (Coord.). Direito Societário Contemporâneo. São



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

Paulo: Quartier Latin, 2009 e 2015. v. I e II.

GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. Direito de Empresa: Comentários aos artigos 966 a 1.195 do Código Civil. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

LOPES, Christian Sahb Batista. Um diálogo por uma nova teoria dos contratos. In: Elena de Carvalho Gomes; Edgard Audomar Marx Neto; Marcelo Andrade Feres. (Org.). Estudos de Direito Privado Liber Amicorum para João Baptista Villela. 1ed. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2017.

MARTINS-COSTA, Judith. A boa-fé no Direito Privado: critérios para sua aplicação. São Paulo: Marcial Pons, 2015.

MILAGRES, Marcelo de Oliveira. A causa do contrato. Revista de Direito Civil Contemporâneo. Vol. 14, jan./mar. 2018, p. 159-178, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

PARENTONI, Leonardo Neto. O Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica no CPC/2015. Porto Alegre: Editora Fi, 2018 (<https://www.editorafi.org/334leonardoparentoni>).

SALOMÃO FILHO, Calixto. Novo Direito Societário. São Paulo: Malheiros, 2011.

SALOMÃO NETO, Eduardo. Direito bancário. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

ZENATI-CASTAING, Frédéric. REVET, Thierry. Les biens. 3. ed. Paris: Puf, 2008.

ZIMMERMANN, Reinhard. The Law of obligations: roman foundations of the civilian tradition. Oxford: Clarendon Paperbacks, 1996.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

Área de Estudo: P-07 – Direito Econômico e Desenvolvimento

Referências temáticas

- 1) Law and Development: Fundamental concepts. Determinants of Development. Institutional Theories of Development. Comparative Law and Development.
- 2) Law and Development Reform Strategies: Mechanism Design and Institutional Bypasses.
- 3) The Rule of Law and Development: Legal and Economic Perspectives.
- 4) Law, Development and Politics: Political Institutions and Regimes. Ethnic Conflict and Development. Gender equality policies and Development. Comparative Law perspectives.
- 5) Law, Development and Public Administration. Anti-corruption Institutions and Policies. Evolution of Anti-corruption Institutions. Comparative Law perspectives in Public Administration and Anti-corruption.
- 6) Law, Development and State Intervention: State-owned Enterprises, Privatization and Public-private Partnership. Legal Institutions in Brazilian Law and in Comparative Law.
- 7) Law, Development and International Institutions: International Trade, Foreign Direct Investment and Foreign Aid. Legal Institutions in Brazilian Law and in Comparative Law.
- 8) Law, Development and Regulation: Comparative studies for regulation institutions. The case for Energy Regulation.
- 9) Law, Development and Innovation. Legal Institutions in Brazilian Law and in Comparative Law.
- 10) Competition Law and Transnational Regulatory Networks. Design of Antitrust Authority from a Brazilian Comparative Perspective. Diffusion and Transplantations of Antitrust Law.

Referências Bibliográficas

- ACEMOGLU, Daron; JOHNSON, Simon; ROBINSON, James A. Institutions as a fundamental cause of long-run growth. HANDBOOK OF ECONOMIC GROWTH, v. 1, p. 385-472, 2005.
- BELLANTUONO, Giuseppe. Brazil and the EU in Transnational Energy Governance. REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UFMG, p. 147-194, 2017.
- BELLANTUONO, Giuseppe. Comparative Law for What Kind of Development? (November 8, 2018). G. Bellantuono and F. Lara (eds.), LEGAL CONVERSATIONS BETWEEN ITALY AND BRAZIL, Editoriale Scientifica, 2018, p. 189-229.
- BELLANTUONO, Giuseppe. Comparing Contexts: Technical Standards and Contract Law (November 13, 2018). F. Di Ciommo and O. Troiano (eds.). GIURISPRUDENZA E AUTORITÀ



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO

Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG

ANEXO III do EDITAL

Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado

INDIPENDENTI NELL'EPOCA DEL DIRITTO LIQUIDO - STUDI IN ONORE DI ROBERTO PARDOLESI, La Tribuna, 2018, p. 235-257.

BELLANTUONO, Giuseppe. Contract Law and Regulation. Handbook of Comparative Contract Law, Elgar Publishing, 2015.

BELLANTUONO, Giuseppe. Legal Pathways of Decarbonisation in the EU: The Case of Coal Phase-Out. OIL, GAS AND ENERGY LAW INTELLIGENCE, v. 17, n. 3, 2019.

BELLANTUONO, Giuseppe. The misguided quest for regulatory stability in the renewable energy sector. THE JOURNAL OF WORLD ENERGY LAW & BUSINESS, v. 10, n. 4, p. 274-292, 2017.

CÔRTEZ, Pâmela de Rezende; LARA, Fabiano Teodoro; OLIVEIRA, André Matos de Almeida. Políticas Públicas Baseadas em evidências comportamentais - reflexões a partir do Projeto de Lei 488/2017 do Senado. REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICAS PÚBLICAS, v. 8, p. 429-454, 2018.

HALLIDAY, Terence C.; SHAFFER, Gregory (Ed.). TRANSNATIONAL LEGAL ORDERS. Cambridge University Press, 2015.

LARA, Fabiano and Luz, Reinaldo, Leniency Program in the Anti-Corruption Law (August 23, 2018). Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=3237825>.

LARA, Fabiano Teodoro de Rezende. Análise Econômica da Propriedade Intelectual. In: Luciano Benetti Timm. (Org.). DIREITO E ECONOMIA NO BRASIL. 2ed. São Paulo: Atlas, 2014, v. 1, p. 357-381.

LARA, Fabiano Teodoro de Rezende. PROPRIEDADE INTELECTUAL: UMA ABORDAGEM PELA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

LARA, Fabiano Teodoro de Rezende. Using Competition Law and Intellectual Property Law to Foster Innovation: A Preliminary Study. In: Giuseppe Bellantuono; Federico Puppò. (Org.). CONVERGENCES AND DIVERGENCES BETWEEN THE ITALIAN AND THE BRAZILIAN LEGAL SYSTEMS. Trento: Università degli Studi di Trento, 2015, v. 14, p. 145-164.

LARA, Fabiano Teodoro de Rezende; BELLANTUONO, Giuseppe (Org.). Law, Development and Innovation. Cham: Springer International Publishing, 2015.

LARA, Fabiano Teodoro. Desenvolvimento, Instituições e Desenho de Mecanismos. POLÍTICAS PÚBLICAS: PLANEJAMENTO E SUSTENTABILIDADE. Cristiana Fortini Pinto e Silva, Jamile Bergamaschine Mata Diz e Márcio Luís de Oliveira (Org.) Arraes Editores, 2018.

LARA, Fabiano Teodoro. Development and The Rule Of Law: a comparative study. REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO, v. BI, p. 73, 2017.

MERLONI, Francesco et al. Il whistleblowing in Italia, a cura di Anna Corrado. In: CORRUPTION AND PUBLIC ADMINISTRATION: THE ITALIAN CASE IN A COMPARATIVE PERSPECTIVE. Chicago: ANAC, 2019. p. ix-ix.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL**

Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado

PRADO, Mariana Mota, and Michael J. Trebilcock. INSTITUTIONAL BYPASSES: A STRATEGY TO PROMOTE REFORMS FOR DEVELOPMENT. Cambridge University Press, 2018.

PRADO, Mariana Mota. "Institutional Bypasses in Brazil: Overcoming Ex-Ante Resistance to Institutional Reforms." In LAW AND POLICY IN LATIN AMERICA, pp. 113-128. Palgrave Macmillan, London, 2017.

PRADO, Mariana Mota. The challenges and risks of creating independent regulatory agencies: a cautionary tale from Brazil. VANDERBILT JOURNAL OF TRANSNATIONAL LAW, v. 41, p. 435, 2008.

PRADO, Mariana Mota; HOFFMAN, Steven J. The Concept of an International Institutional Bypass. AJIL UNBOUND, v. 111, p. 231-235, 2017.

PRADO, Mariana Mota; HOFFMAN, Steven J. The promises and perils of international institutional bypasses: defining a new concept and its policy implications for global governance. TRANSNATIONAL LEGAL THEORY, v. 10, n. 3-4, p. 275-294, 2019.

PRADO, Mariana; TREBILCOCK, Michael. Path dependence, development, and the dynamics of institutional reform. UNIVERSITY OF TORONTO LAW JOURNAL, v. 59, n. 3, p. 341-380, 2009.

ROSE-ACKERMAN, Susan. Corrupción y competencia. REVISTA DE CIENCIA POLÍTICA, v. 18, n. 1-2, p. 43-51, 2019.

ROSE-ACKERMAN, Susan; PALIFKA, Bonnie J. CORRUPTION AND GOVERNMENT: CAUSES, CONSEQUENCES, AND REFORM. Cambridge university press, 2016.

SHAFFER, Gregory. Transnational legal process and state change. LAW & SOCIAL INQUIRY, v. 37, n. 2, p. 229-264, 2012.

TREBILCOCK, Michael J.; PRADO, Mariana Mota. ADVANCED INTRODUCTION TO LAW AND DEVELOPMENT. Edward Elgar Publishing, 2014.

TREBILCOCK, Michael J.; PRADO, Mariana Mota. DERECHO Y DESARROLLO: GUÍA FUNDAMENTAL PARA ENTENDER POR QUÉ EL DESARROLLO SOCIAL Y ECONÓMICO DEPENDE DE INSTITUCIONES DE CALIDAD. Siglo XXI Editores, 2019.

TREBILCOCK, Michael J.; PRADO, Mariana Mota. WHAT MAKES POOR COUNTRIES POOR?: INSTITUTIONAL DETERMINANTS OF DEVELOPMENT. Edward Elgar Publishing, 2011.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO

Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado

Área de Estudo: P-08 – Sistema Financeiro Nacional – negócios, regulação e tutela nos âmbitos administrativo sancionador e penal

Referências temáticas

- 1) A definição de instituição financeira, os sujeitos que alcança e sua regulação.
- 2) A qualificação de banco reservada ao modo peculiar de realização da intermediação financeira.
- 3) A especialização do Direito Empresarial em face do Mercado de Valores Mobiliários.
- 4) As relações financeiras entre a União e o Banco Central do Brasil e a condução da política monetária.
- 5) Os instrumentos jurídicos – atos e negócios jurídicos, títulos de crédito, títulos e valores mobiliários utilizados no exercício profissional da atividade de intermediação de recursos financeiros no âmbito do mercado bancário e sua regulação.
- 6) A insolvência de instituições financeiras: reorganização societária e patrimonial e regulação resolutiva.
- 7) As transferências monetárias por meio eletrônico e o Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB).
- 8) Os crimes contra o sistema financeiro em espécie e a questão do bem jurídico.
- 9) A regulação judicante, processo administrativo sancionador e o Marco Legal Punitivo do Sistema Financeiro Nacional.
- 10) Concurso de pessoas no âmbito da criminalidade econômica. A responsabilidade penal do superior pelos atos de seus subordinados.

Referências Bibliográficas

BRODT, Luís Augusto Sanzo. Bem jurídico e criminalidade econômica: uma abordagem sob a perspectiva da teoria pessoal do bem jurídico. In: _____ (org.). *Criminalidade econômica em debate*. Porto Alegre: Núria Fabris, 2018.

DURAN, Camila Villard. *A moldura jurídica da política monetária: um estudo de caso*. São Paulo, 2012. 288 p. Tese de doutorado – Faculdade de Direito – Universidade de São Paulo.

ESTELLITA, Heloísa. *Responsabilidade penal de dirigentes de empresa por omissão. Estudo sobre a responsabilidade omissiva imprópria de dirigentes de sociedades anônimas, limitadas e encarregados do cumprimento por crimes praticados por membros da empresa*. São Paulo: Marcial Pons, 2017.

NEVES, Rubia Carneiro. A caracterização do banco a partir da evolução da legislação brasileira. *Revista da Faculdade de Direito da UFMG*. Belo Horizonte, n. 73, pp. 701-735, jul./dez. 2018.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

OSÓRIO, Fábio Medina (Coord). *Direito Sancionador*. Sistema Financeiro Nacional. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

PINTO, Gustavo Mathias Alves. *Regulação sistêmica e prudencial no setor bancário*. São Paulo: Almedina, 2015.

SALOMÃO NETO, Eduardo. *Direito bancário*. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2014.

SILVEIRA, Renato Jorge Mello. *Direito Penal Supraindividual*. Interesses difusos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

TAVARES, Juarez. *Bien Jurídico y función en el derecho penal*. Trad. Monica Cuñarro. Buenos Aires: Hammurabi, 2004.

YAZBEK, Otavio. *Regulação do Mercado Financeiro e de Capitais*. São Paulo: Campus, 2007.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO

Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado

Área de Estudo: P-09 – Direito, Tecnologia e Inovação

Referências temáticas

- 1) Aplicações jurídicas de blockchain.
- 2) Big data e proteção de dados pessoais.
- 3) Fintechs e instrumentos públicos ou privados de investimento em inovação.
- 4) Infraestrutura das telecomunicações, criptografia, certificação digital, Marco Civil da Internet e direitos fundamentais no ambiente online.
- 5) Inteligência Artificial: riscos, virtudes e desafios jurídicos.
- 6) Estruturas de mercado, concorrência e regulação de novas tecnologias.
- 7) Tecnologia e responsabilidade civil.
- 8) Personalidade, capacidade de direito, autonomia tecnológica e contratos.
- 9) Tecnologias Disruptivas e Direito Societário.
- 10) O futuro da atividade jurídica.

Referências bibliográficas

ALCES, Peter A. *The Moral Conflict of Law and Neuroscience*. Chicago: The University of Chicago Press, 2018.

ARTESE, Gustavo (Coord.). *Marco Civil da Internet: Análise jurídica sob uma perspectiva empresarial*. São Paulo: Quartier Latin, 2015.

BAMBARA, Joseph J.; ALLEN, Paul R. *Blockchain: A practical guide to developing business, law and technology solutions*. New York: McGraw-Hill Education, 2018.

BRYNJOLFSSON, Erik; McAfee, Andrew. *The Second Machine Age: Work, Progress, and Prosperity in a Time of Brilliant Technologies*. New York: Norton & Company, 2016.

CHAVES, Natália Cristina. Inteligência artificial: os novos rumos da responsabilidade civil. *Direito Civil Contemporâneo*, organização CONPEDI/ UMinho. Disponível em: <<http://conpedi.danilolr.info/publicacoes/pi88duoz/c3e18e5u/7M14BT72Q86shvFL.pdf>>.

FENWICK, Mark; MCCAHERY, Joseph A.; VERMEULEN, Erik P. M. The end of corporate governance: Hello platform governance. European Corporate Governance Institute. *Law working paper n. 430/2018*. December 2018. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract_id=3232663>.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado

FRAZÃO, Ana; MULHOLLAND, Caitlin. *Inteligência artificial e direito: ética, regulação e responsabilidade*. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

GONTIJO, Bruno Miranda; LIMA, Henrique Cunha Souza; PARENTONI, Leonardo. *Direito, Tecnologia e Inovação*. Belo Horizonte: D'Plácido, 2018. v. I.

HARPER, Steven J. *The Lawyer Bubble: A Profession in Crisis*. New York: Basic Books, 2016.

KAPLAN, Jerry. *Artificial Intelligence: What everyone needs to know*. Oxford: Oxford University Press, 2016.

LESSIG, Lawrence. The Law of the Horse: What Cyberlaw Might Teach. *Harvard Law Review*. Cambridge: Harvard University Press, v. 113, n. 01, p. 501-546, Apr. 1999.

LEONARDI, Marcel. *Fundamentos de Direito Digital*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.

PARENTONI, Leonardo. Autoridade Nacional de Proteção de Dados Brasileira: Uma visão otimista. *Revista do Advogado*. São Paulo: AASP, Ano XXXIX, n. 144, p. 209-219, nov. 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/337740878_Autoridade_Nacional_de_Protecao_de_Dados_Brasileira_Uma_visao_otimista_Brazilian_National_Data_Protection_Authority_An_optimistic_view>.

_____. Network Neutrality: Past, Present and Future of Internet. *Revista da Faculdade de Direito da UFMG*. Belo Horizonte, Número Especial – 2nd Conference Brazil-Italy, p. 195-244. 2017. Disponível em <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2865655>. Acesso em: 15 ago. 2019.

_____. O Direito ao Esquecimento (*Right to Oblivion*). In: DE LUCCA, Newton; SIMÃO FILHO, Adalberto; LIMA, Cíntia Rosa Pereira de (Coord.). *Direito & Internet III: Marco Civil da Internet* (Lei nº 12.965/2014). São Paulo: Quartier Latin, 2015. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/299821661_O_Direito_ao_Esquecimento_Right_to_Oblivion>.

_____. Protection of Personal Data in Brazil: Internal Antinomies and International Aspects. In: LIMA, Cíntia Rosa Pereira de (Coord.). *Comentários à Lei Geral de Proteção de Dados: Lei n. 13.709/2018, com alteração da Lei n. 13.853/2019*. São Paulo: Almedina, 2020. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3362897>.

SOLUM, Lawrence B. Legal Personhood for Artificial Intelligences. *North Carolina Law Review*. Chapel Hill: The University of North Carolina School of Law. v. 70, n. 04, p. 1.231-1.288, Apr. 1992.

SOUZA, Carlos Affonso Pereira de; LEMOS, Ronaldo. *Marco Civil da Internet: Construção e Aplicação*. Juiz de Fora: Editar, 2016.

STUCKE, Maurice E.; GRUNES, Allen P. *Big Data and Competition Policy*. Oxford: Oxford University Press, 2016.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

SUSSKIND, Richard. *Tomorrow's Lawyers: An Introduction to Your Future*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

ZORRILA, Maria Carmen Núñez. *Inteligencia artificial y responsabilidad civil*. Madrid: Reus, 2019.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

Área de Estudo: P-10 – Direito Internacional Contemporâneo

Referências temáticas

- 1) Direito Internacional Pós-Moderno: Nova Ordem Internacional (aspectos políticos, econômicos e do Comércio Internacional); Teorias de Direito e Relações Internacionais; A Sociedade Internacional e o Direito Internacional; Conceito e Fontes do Direito Internacional Contemporâneo; Governança Global.
- 2) Tratados Internacionais: conceito; terminologia; condições de validade; classificação; fundamento; efeito; interpretação; processo de conclusão; execução; garantias; cláusulas; extinção; apreciação no sistema brasileiro.
- 3) Pessoas Internacionais: Estado; organizações internacionais; pessoa humana; organizações não estatais; empresas transnacionais; organizações não-governamentais.
- 4) Organizações Internacionais: Teoria Geral das Organizações Internacionais (conceito; características; espécies; responsabilidade internacional; direitos; financiamento; efeitos jurídicos de suas normas). Organização das Nações Unidas – ONU (histórico; finalidades; membros; idiomas; órgãos; personalidade jurídica; normas jurídicas dela emanadas e sua obrigatoriedade).
- 5) Responsabilidade Internacional de Estados e Organizações Internacionais: princípios gerais; atribuição; violação de obrigação internacional; excludentes de ilicitude; reparação e contramedidas; proteção diplomática e funcional; Estados, Organizações Internacionais e a Responsabilidade de Proteger.
- 6) Direito Internacional Europeu: União Europeia – UE (processo de integração, instituições; tratados comunitários); Direito da União Européia (princípios jurídicos comunitários, regras processuais; principais julgados); Outras Organizações Internacionais Européias (Conselho da Europa; Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN; Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE).
- 7) Direito Internacional na América Latina: América Latina – contexto, história e relações internacionais. Sistema Interamericano e Direito internacional; Organizações Internacionais Americanas (Organização dos Estados Americanos – OEA, Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, Comunidade Andina; Associação dos Estados do Caribe; Mercado Comum Centro-Americano, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – CEPAL); Princípios Gerais do Direito Latino-Americano.
- 8) Direito Internacional dos Direitos Humanos: individualidade, universalidade e extensão dos Direitos Humanos; padrões internacionais de implementação Direitos Humanos; ONU e Direitos Humanos; Conselho da Europa e a Corte Européia de Direitos Humanos; OEA e a Corte Interamericana de Direitos Humanos; Organização da Unidade Africana - OUA e a Carta Africana de Direitos do Homem; Direitos Humanos na Ásia; Estatuto de Roma e o Tribunal Penal Internacional; ONGs, Empresas Transnacionais e Direitos Humanos.
- 9) Direito Internacional Econômico: Globalização, Integração Regional e redefinição do conceito de



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO

Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG

ANEXO III do EDITAL

Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado

Soberania. Organização Mundial do Comércio – OMC (processo de formação – do GATT/47 ao Protocolo de Marrakech; objetivos; estrutura; processo de decisão; solução de controvérsias; principais Acordos; Rodada de Doha); Instituições Financeiras Internacionais (FMI, Banco Mundial, Banco do BRICS); Propriedade Intelectual;

10) A contribuição dos Tribunais Internacionais à evolução do Direito Internacional Contemporâneo: modos pacíficos de solução de conflitos internacionais; Corte Internacional de Justiça – CIJ; Tribunal de Justiça da União Europeia; Solução de Conflitos no âmbito do Mercosul; Solução de Conflitos na OMC; expansão, coexistência e diálogo dos múltiplos tribunais internacionais.

Referências bibliográficas

AMERASINGHE, C. F. **Principles of institutional law of international organizations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

CASELLA, Paulo Borba. **Fundamentos do direito internacional pós-moderno**. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

CRAWFORD, James R. **Brownlie's principles of public international law**. 8th. Ed. Oxford: Oxford University Press, 2012

DE SCHUTTER, Olivier. **International human rights law: cases, materials, commentary**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

HURD, Ian. **International organizations: politics, law, practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

JACKSON, John J. **Sovereignty, the WTO, and changing fundamentals on international law**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

MENEZES, Wagner. **Direito internacional na América Latina**. Curitiba: Juruá, 2007.

SALIBA, Aziz Tuffi. (Org.) **Direito dos Tratados**. Belo Horizonte: Arraes, 2011.

SCHERMES, Henry. BLOKKER, Niels. **International institutional law**. Leiden: Martinus Nijhoff Publishers, 2011.

SEYERSTED, Finn. **Common law of international organizations**. Leiden: Martinus Nijhoff Publishers, 2008.

SHARF, Michael. WILLIAMS, Paul. **The Law of international organizations: problems and materials**. Raleigh: Carolina Academic Press, 2013.

SHAW, Malcom. **International law**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

SILVA, Roberto Luiz. **Direito internacional público**. 5^a Ed. Belo Horizonte: Arraes, 2019.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG

ANEXO III do EDITAL

Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado

STEINER, Josephine. WOODS, Lorna. **EU Law**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Os Tribunais internacionais e a realização da justiça**. Belo Horizonte: Del Rey, 2017.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

Área de Estudo: P-11 – Filosofia do Direito; Teoria do Direito, Teoria da ação e Filosofia da Linguagem

Referências temáticas

- 1) Ceticismo Externo e Realismo Moral: principais concepções na Metaética contemporânea.
- 2) Positivismo jurídico, abordagens valorativas do direito, cognitivismo e não cognitivismo moral.
- 3) Conceitos jurídicos: especificidades, conteúdo semântico, instituição e aplicação.
- 4) Obrigações de papel (role-obligations), obrigações associativas e conflitos morais.
- 5) Direitos, valores e práticas sociais.
- 6) Objetividade na moralidade e na argumentação jurídica.
- 7) Pensamento posmetafísico na fundamentação e na interpretação do direito.
- 8) O direito como prática social e sua normatividade.
- 9) Direito e autoridade política
- 10) Teorias jurídicas contemporâneas na matriz não-positivista: jusnaturalismo, pragmatismo e interpretativismo.

Referências Bibliográficas

BUSTAMANTE, Thomas. Law, Moral Facts and Interpretation: A Dworkinian Response to Mark Greenberg's Moral Impact Theory of Law. Canadian Journal of Law & Jurisprudence, v. 32, p. 5-43, 2019

BUSTAMANTE, Thomas; DECAT, Thiago Lopes. Incommensurability, Social Practices and Moral Dilemmas: A Rejoinder to Heidi Hurd's Anti-Perspectivalism. Federal University of Minas Gerais, 2018. Available at SSRN: <http://ssrn.com/abstract=3356096>.

CHRISMAN, Matthew. What is this thing called metaethics? New York: Routledge, 2017.

DECAT, Thiago Lopes. Racionalidade, valor e teorias do direito. Belo Horizonte: D'Plácido, 2015.

DWORKIN, Ronald. Justice for Hedgehogs. Cambridge, MA: Belknap, 2011.

DWORKIN, Ronald. Justice in Robes. Cambridge, MA: Belknap, 2006.

HABERMAS, Jürgen. Between Facts and Norms: Contributions to a Discourse Theory of Law and Democracy. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1998. Caps. 1; 3; 5; 6.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

HART, Herbert L. A. O conceito de direito. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

HURD, Heidi. Moral Combat. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

POSTEMA, Gerald J. Coordination and Convention at the Foundations of Law. The Journal of Legal Studies, vol. 11, p. 165-203, 1982.

RAZ, Joseph. The Morality of Freedom. Oxford: Oxford University Press, 1986. Cap. 11 a 15.

RAZ, The Practice of Value. Oxford: Oxford University Press, 2004.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO

Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado

Área de Estudo: P-12 – Justiça e teoria social

Referências temáticas

- 1) A teoria da justiça de John Rawls
- 2) O libertarismo de Robert Nozick
- 3) A igualdade de recursos em Ronald Dworkin
- 4) Michael Walzer e as esferas da justiça
- 5) John Rawls e o liberalismo político
- 6) A crítica de Iris Marion Young ao paradigma distributivo
- 7) Justiça e reconhecimento em Axel Honneth
- 8) Nancy Fraser e a justiça em um mundo pós-vestfaliano
- 9) Amartya Sen e a crítica ao institucionalismo transcendental
- 10) Rainer Forst e o direito de justificação

Referências Bibliográficas

DWORKIN, Ronald. *A virtude soberana: a teoria e a prática da igualdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005 (cap. 2).

FORST, Rainer. *Justificação e crítica: perspectivas de uma teoria crítica da política*. São Paulo: UNESP, 2018 (capítulo 5).

FRASER, Nancy. *Scales of justice: reimagining political space in a globalized world*. Nova York: Columbia University, 2009 (cap. 3).

HONNETH, Axel. *O direito da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2017 (introdução).

NOZICK, Robert. *Anarchy, state, and utopia*. São Paulo: Martins Fontes, 2011 (capítulo 7).

RAWLS, John. *Justiça como equidade: uma reformulação*. São Paulo: Martins Fontes, 2003 (parte II)

RAWLS, John. *O direito dos povos*. São Paulo: Martins Fontes, 2012 (somente o artigo “A ideia de razão pública revisitada”).

SEN, Amartya. *A ideia de justiça*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011 (introdução).



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG

ANEXO III do EDITAL

Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado

YOUNG, Iris Marion. *Justice and the politics of difference*. Princeton: Princeton University Press, 1990 (capítulo 1).

WALZER, Michael. *Esferas da justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 2003 (capítulo 1).



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

Área de Estudo: P-13 – Direito Constitucional, Direito Eleitoral e Hermenêutica

Referências temáticas

- 1) A vocação dúplice da hermenêutica constitucional: entre filtro epistemológico e objeto de análise.
- 2) Intersecções entre Poderes: limites, possibilidades, diálogos e enfrentamentos.
- 3) As dimensões da regulação normativa da Política: jurisdicional, legislativa, administrativa e eleitoral.
- 4) Comportamento judicial na seara político-eleitoral, sob a perspectiva da jurisdição constitucional: o STF entre contenção e ativismo.
- 5) Comportamento judicial na seara político-eleitoral, sob a perspectiva da jurisdição eleitoral: a Justiça Eleitoral entre a garantia da legalidade democrática e a violação à soberania popular.

Referências Bibliográficas

AIETA, Vânia Siciliano. Criminalização da política: a falácia da judicialização da política como instrumento democrático. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

CLÈVE, Clèmerson Merlin e LORENZETTO, Bruno Meneses. Diálogos institucionais: estrutura e legitimidade. Revista de Investigações Constitucionais, Curitiba, vol. 2, n. 3, p. 183-206, set./dez. 2015.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves Alfredo. Direito Constitucional e Democracia: entre a Globalização e o Risco. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves Alfredo; BUSTAMANTE, Thomas da Rosa. Democratizing Constitutional Law: Perspectives on Legal Theory and the Legitimacy of Constitutionalism. Switzerland: Springer, 2016.

MENDES, Conrado Hübner. Direitos fundamentais, separação de poderes e deliberação. São Paulo: Saraiva, 2011.

PEREIRA, Rodolfo Viana. Direito Constitucional Democrático: controle e participação como elementos fundantes e garantidores da constitucionalidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

PEREIRA, Rodolfo Viana. Tutela Coletiva no Direito Eleitoral: controle social e fiscalização das eleições. Lumen Juris: Rio de Janeiro, 2008.

RODRIGUES, Saulo Tarso; BONAVIDES, Paulo; MARTÍN, Nuria Belloso; SILVA, Alexandre Fernandes. Teoria da decisão judicial e teoria da justiça: jusfilosofia e novos paradigmas constitucionais. Curitiba: Juruá, 2015.

SALGADO, Eneida Desiree. Princípios constitucionais eleitorais. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2010.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

WALDRON, Jeremy. Law and Disagreement. Oxford: Oxford University Press, 1999.

WALDRON, Jeremy. Political Political Theory: Essays on Institutions. Cambridge: Harvard University Press, 2016.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

LINHA DE PESQUISA 2

**DIREITOS HUMANOS E ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO:
FUNDAMENTAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E EFETIVIDADE**

Área de Estudo: D-02 – Fundamentos do Novo Processo Civil Brasileiro

Referências temáticas

- 1) Normas fundamentais do Processo Civil
- 2) Tutelas jurisdicionais: clássicas (declaratória, constitutiva e condenatória) e diferenciadas (tutelas provisória, inibitória e específica)
- 3) Negócios processuais
- 4) Jurisprudência e precedentes no processo civil
- 5) Recursos constitucionais: recurso especial e recurso extraordinário
- 6) Gerenciamento e gestão processuais e efetividade do processo civil
- 7) Preclusão, coisa julgada e ação rescisória
- 8) Execução e cumprimento de sentença
- 9) Arbitragem
- 10) Métodos consensuais de resolução de conflitos

Referências bibliográficas

ANDRADE, Érico. A atuação judicial e o contraditório: o art. 10 do CPC/2015 e as consequências da sua violação. Revista de Processo, vol. 283, set/2018, pp. 55-106.

ANDRADE, Érico. A contratualização do processo. In: Fernando Gonzaga Jayme, Gláucio Maciel Gonçalves, Juliana Cordeiro de Faria, Marcelo Veiga Franco, Mayara de Carvalho Araújo, Suzana Santi Cremasco. (Org.). Processo Civil Brasileiro - Novos Rumos a partir do CPC/2015. 1ed. Belo Horizonte: Del Rey Editora, 2016, v. 01, p. 47-65.

ANDRADE; Érico; THEODORO JÚNIOR, Humberto. Impactos da Constituição Federal na evolução do processo civil in 30 Anos da Constituição Federal e o Direito Brasileiro. Rio de Janeiro: Forense-Gen, 2018, p. 303-355.

ANDRADE, Érico. Gestão processual flexível, colaborativa e proporcional: cenários para implementação das novas tendências no CPC/2015. Rev. Fac. Direito UFMG, n. 76, jan/jun 2020, pp. 183-212.

ANDRADE, Érico. As novas perspectivas do gerenciamento e da "contratualização" do processo. Revista de Processo, v. 193, p. 167-199, 2011.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

ARAUJO, M. C.; SOUZA, C. M. G.; JORGE, A. C. R.; JAYME, Fernando Gonzaga. A atuação do advogado na autocomposição de conflitos de acordo com o novo CPC e a Lei de Mediação. Revista Eletrônica - Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, v. 53, p. 59, 2016.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. Efetividade do processo e técnica processual. São Paulo: Malheiros, 2006.

BONATO, Giovanni. Algumas considerações sobre coisa julgada no Novo Código de Processo Civil brasileiro: limites objetivos e eficácia preclusiva. Revista de Processo Comparado - RPC, São Paulo, Revista dos Tribunais, ano 1, vol. 2, jul-dez 2015, p. 121- 143.

COMOGLIO, Luigi Paolo. Etica e tecnica del giusto processo. Milão: G. Giappichelli, 2004.

GONCALVES, G. F. M.; GOUVÊA, A. L. de. A proteção jurisdicional dos direitos da personalidade nos casos de urgência: a tutela inibitória no novo Código de Processo Civil. In: Francisco Antônio de Barros e Silva Neto, Frederico Augusto Leopoldino Koehler, Leonardo Carneiro da Cunha, Roberto Paulino de Albuquerque Júnior, Venceslau Tavares Costa Filho. (Org.). Relações e influências recíprocas entre direito material e direito processual. 1ed.Salvador: Jus Podium, 2017, v. 1, p. 163-182.

GONCALVES, G. F. M. A calendarização do processo e a ampliação do prazo de defesa no CPC de 2015. In: Fernando Gonzaga Jayme; Renata Christiana Vieira Maia; Ester Camila Gomes Norato Rezende; Helena Lana. (Org.). Inovações e modificações do Código de Processo Civil - avanços, desafios e perspectivas. 1ed.Belo Horizonte: Del Rey, 2017, v. 1, p. 97-109.

GONCALVES, G. F. M. Direito e Tempo. In: Jayme, Fernando Gonzaga; Faria, Juliana Cordeiro de; Lauar, Maira Terra. (Org.). Processo civil: novas tendências: homenagem ao Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira. 1ed.Belo Horizonte: Del Rey, 2011, v. 1, p. 281-293.

GONCALVES, G. F. M.; DUTRA, V. B. Apontamentos sobre o novo incidente de resolução de demandas repetitivas do Código de Processo Civil de 2015. Revista de Informação Legislativa, v. 208, p. 189-202, 2015.

GONCALVES, G. F. M. A Organização dos Tribunais e a Gestão do Tempo. Revista do Instituto do Direito Brasileiro da Universidade de Lisboa, v. 12, p. 7521-7546, 2012.

GONCALVES, G. F. M.; ASSIS, G. B. P. O prospective overruling nas Supremas Cortes brasileiras: a possibilidade de modulação temporal dos efeitos das decisões revogadoras de precedentes consolidados à luz da dogmática jurídica moderna e do novo Código de Processo Civil - CPC/2015. Revista de Processo, v. 258, p. 357-385, 2016.

JAYME, Fernando G. MENDES, Aluísio. NUNES, Dierle. A nova aplicação da jurisprudência e precedentes no CPC/2015

JAYME, Fernando Gonzaga; FRANCO, M. V. O princípio do contraditório no Projeto do novo Código de Processo Civil. Revista de Processo, v. 227, p. 221-243, 2014.

JAYME, Fernando Gonzaga; SOUZA, C. M. G. (Org.); SCHMIDT, M. H. F. M. (Org.); PEREIRA, R. A. G. C. (Org.). Mediação de Conflitos: a emergência de um novo paradigma. 1. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2016. v. 1. 280p.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL**

Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado

JAYME, Fernando Gonzaga; GONÇALVES, Gláucio Maciel; MAIA, Renata Christiana Vieira. Teoria Geral dos Recursos Cíveis. In: JAYME, F.G.; MAIA, R.C.V.; REZENDE, E.N.V. (Org.). INOVAÇÕES E MODIFICAÇÕES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - AVANÇOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS. 1ed.Belo Horizonte: Del Rey, 2017, v. 1, p. 369-412.

JAYME, Fernando Gonzaga; FRANCO, M. V.. O princípio do contraditório no Projeto do novo Código de Processo Civil. Revista de Processo, v. 227, p. 221-243, 2014

JAYME, Fernando Gonzaga; MAIA, Renata Christiana Vieira; LIPIENSKI, Marcos Vinicius. A resiliência jurisprudencial na observância do dever de fundamentação das decisões. In: JAYME, Fernando Gonzaga; MENDES, Aluisio; NUNES, Dierle. (Org.). A nova aplicação da jurisprudência e precedentes no CPC/2015. 1ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017, v. 1, p. 401-414.

MAIA, Renata C. Vieira. A identidade física do juiz como princípio consecratório do processo cooperativo. In: Paulo Henrique Santos Lucon; Juliana Cordeiro de Faria; Edgard Audomar Marx Neto; Ester Camila Gomes Norato Rezende. (Org.). Processo Civil Contemporâneo - Homenagem aos 80 anos do professor Humberto Theodoro Júnior. 1ed.Rio de Janeiro: Forense, 2018, v. 1, p. 222-237.

MAIA, Renata C. Vieira et al (Orgs.) A oralidade, processo do Séc. XXI [recurso eletrônico] / Renata C. Vieira Maia et al (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020. Obra disponível: <https://www.editorafi.org/87oralidade>

NUNES, Dierle, et alli. Novas tendências do processo civil: estudos sobre o Projeto do Novo Código de Processo Civil. Vols. I a III. Salvador: Juspodium.

NUNES, Dierle José Coelho; ANDRADE, Érico. Os contornos da estabilização da tutela provisória de urgência antecipatória no Novo CPC e o mistério da ausência de formação da coisa julgada. In: Didier Jr, Fredie; Macêdo, Lucas Buril; Peixoto, Ravi; Freire, Alexandre. (Org.). Coleção Novo CPC - Doutrina Seleccionada - Procedimentos Especiais, Tutela Provisória e Direito Transitório. 1ed.Salvador: Jus Podium, 2015, v. 4, p. 61-93.

PISANI, Andrea Proto. *Le Tutele Giurisdizionali dei Diritti*: Studi. Napoli: Jovene Editore, 2003.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. O Processual Civil Brasileiro: No Limiar do Novo Século. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

Área de Estudo: D-04 – Direito e Processo Coletivo no Estado Democrático de Direito

Referências temáticas

- 1) Evolução histórica das ações coletivas no Direito Constitucional brasileiro e o Sistema Integrado de Tutela da Coletividade;
- 2) A judicialização de políticas públicas e a sua promoção no âmbito do processo coletivo sob o viés do acesso à justiça;
- 3) Os legitimados ativos à tutela coletiva e a natureza desta legitimação. Atuação dos co-legitimados e a defesa dos direitos das coletividades e minorias excluídas;
- 4) Aspectos controvertidos da competência na sistemática processual coletiva brasileira em defesa dos direitos coletivos em sentido lato;
- 5) Elementos de identificação das ações coletivas e os institutos processuais da conexão, continência e litispendência;
- 6) As controvérsias quanto a extensão da coisa julgada nos processos coletivos e a diversidade de alcance dos danos coletivos;
- 7) A execução das sentenças coletivas na sistemática processual brasileira e seus fundamentos frente as modalidades de direitos coletivos;
- 8) O Código de Processo Civil de 2015 e os institutos de tratamento coletivizado dos direitos: semelhanças e diferenças.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Gregório Assagra de. Direito Material Coletivo: superação da summa divisio direito público e direito privado por uma nova summa divisio constitucionalizada. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

ALMEIDA, Gregório Assagra de. Manual das Ações Constitucionais. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2007.

BUENO, Cássio Scarpinella. Curso sistematizado de direito processual civil: direito processual coletivo e direito processual público. São Paulo: Saraiva, vol. 2, tomo III, 2010.

BUFFARINI, Paula. Âmbito de la tutela coletiva. In: OTEIZA, Eduardo (coord.). Procesos Colectivos. Santa Fé: Rubinzal-Culzoni, 2006.

DAVID, René. Os grandes sistemas do direito contemporâneo. (trad. Hermínio A. Carvalho. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

DIDIER JÚNIOR, F; MOUTA, José Henrique e MAZZEI, Rodrigo (coord.). Tutela Jurisdicional Coletiva. Salvador: Jus Podivm, 2012.

DIDIER JÚNIOR, F.; ZANETI JÚNIOR, Hermes. Curso de direito Processual Civil: Processo Coletivo. 11 ed. Salvador: JusPodivm, 2017.

GIDI, Antonio. *A class action* como instrumento de tutela coletiva dos direitos: as ações coletivas em uma perspectiva comparada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

GIDI, Antonio, THESHEINER, José Maria; THIBAU, Tereza Cristina Sorice Baracho (org.). Processos Coletivos: ação civil pública e ações coletivas. Porto Alegre: Livraria dos Advogados, 2015.

GRINOVER, Ada P.; BENJAMIN, Antônio.H.; WAMBIER, Teresa, A. Arruda.; VIGORITI, Vincenzo (coord.). Processo Coletivo: do surgimento à atualidade. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

LEONEL, Ricardo de Barros. Manual do processo coletivo. 4º ed: rev., ampl. e atual. de acordo com o CPC/15. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

SILVEIRA, Ricardo Geraldo Rezende. Execução coletiva: teorias e novas perspectivas. Curitiba; Juruá, 2012

THEODORO JÚNIOR, Humberto (coord.). Processo civil brasileiro: novos rumos a partir do CPC/2015. Belo Horizonte: Del Rey, 2016.

THIBAU, Tereza C. S. Baracho; ALVARENGA, Samuel (coord. e orga.). direito e Processo Coletivo: diálogos interdisciplinares. Belo Horizonte: Editora Vorto, 2019.

VITTORELLI, Edilson. O Devido Processo Legal Coletivo: dos direitos aos litígios coletivos. 2 ed. rev., atual. e ampli. Coleção o Novo Processo Civil. São Paulo: Thompson Reuters Brasil, 2019.

ZANETI JÚNIOR, Hermes (coord.). Repercussões do Novo CPC: Processo Coletivo, vol. 8; Salvador: JusPodivm, 2016.

ZAVASCKI, Teori Albino. Processo Coletivo: tutela de interesses coletivos e tutela coletiva de direitos. São Paulo: Revista do Tribunais, 2016.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO

Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado

Área de Estudo: D-05 - Acesso à Justiça, Direitos Humanos e Soluções Consensuais de Conflitos

Referências temáticas

- 1) Acesso à Justiça pela via dos direitos.
- 2) Mapeamento de conflitos em Raul Calvo Soler e a solução de conflitos.
- 3) Das mediações: presente, passado e futuro.
- 4) Acesso à Justiça e a cidadania no Brasil para além da concepção liberal: a via dos direitos.
- 5) Acesso à Justiça e a evolução dos Direitos Sociais nas Constituições brasileiras face o cenário legislativo desde 2017.
- 6) Direitos humanos como gramáticas emancipadoras da dignidade humana, ao acesso à justiça social e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – Agenda ONU 2030.

Referências bibliográficas

CAPPELLETTI, Mauro:

- a. Processo, Ideologias e Sociedade. Tradução e Notas: Prof. Dr. Elício de Cresci Sobrinho. Volumes 1 e 2, Sergio Antonio Fabris, 2008.
- b. Idem; GARTH, Bryant. Access to Justice. The worldwide movement to make rights effective. A General Report. Mila: A. Giuffrè, 1978.

DELGADO, Maurício Godinho:

- a. *Capitalismo, Trabalho e Emprego* – entre o paradigma da destruição e o caminho da reconstrução. 3 ed. São Paulo: LTr, 2017 (1. Ed: 2012; 3. ed.:2015).
- b. Idem, e DELGADO, Gabriela Neves. *Constituição da República e Direitos Fundamentais: Dignidade da Pessoa Humana, Justiça Social e o Direito do Trabalho*. São Paulo: LTr, 2012.
- c. Idem, e PORTO, Lorena Vasconcelos (Org.). *O Estado de Bem-Estar Social no Século XXI*, São Paulo: LTr. 2007.

FARIA, José Eduardo:

- a. *Direito e Justiça no século XXI: a crise da Justiça no Brasil*. Texto apresentado no Colóquio Internacional – Direito e Justiça no Século XXI, Coimbra, 29 a 31 de maio de 2003.
- b. *Justiça e Conflito. Os juízes em face dos novos movimentos sociais*. RT Editora, 1992.
- c. (Org.) *Direito e Globalização Econômica – Implicações e perspectivas*. Malheiros Editores, 1a ed., 4a tiragem, 2015.

FILHO, Antônio Escrivão; SOUSA JR., José Geraldo. Para um debate teórico-conceitual e político sobre os Direitos Humanos. D'plácido Editora, 2016.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO

Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL

Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado

FILHO, João Batista Moreira (Org.). *Os Direitos Humanos como projeto de sociedade: caracterização e desafios*. Belo Horizonte: Editora Instituto DH, 2018.

GUILLAUME-HOFNUNG, Michèle:

- a. *"A mediação"*. Editora RTM, 2018;
- b. *La médiation*, PUF, "Que sais-je ?", 2012;
- c. "La médiation pour une communication éthique", UNESCO SHS/EST/06/CIB/WG-1/3, 2006.

MARONA, Marjorie:

- a. Acesso à qual justiça?: a construção da cidadania brasileira para além da concepção liberal, 2013.
- b. Que magistrados para o século XXI? Desafios do processo de seleção da magistratura brasileira em tempos de novo constitucionalismo latino-americano, 2017.

NADER, Laura:

- a. *"Harmonia Coerciva: a economia política dos modelos jurídicos"*, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 29, ano 9, 1994, p. 18-29;
- b. __ idem: 2001; MATTEI, Ugo. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. *Pilagem: Quando o Estado de Direito é ilegal*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

NICÁCIO, Camila Silva:

- a. De 'alternativa' a modo primeiro de resolução de conflitos: horizontes da mediação para além de sua institucionalização. In: BRAGA NETO, Adolfo. *Mediação, uma experiência brasileira*. São Paulo: CLA Editora, 2017;
- b. "Direito e mediação de conflitos: entre metamorfose da regulação social e administração plural da justiça". *Revista da Faculdade de direito da UFMG*, Belo Horizonte, no 59, jul./dez. 2011, p. 11-56.

PEDROSO, João:

- a. *O acesso ao direito e à justiça: um direito fundamental em questão*. Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, Centro de Estudos Sociais, Coimbra, 2002.
- b. *Acesso ao Direito e à Justiça*, Dicionário das crises e das alternativas, 2002.
- c. *Percurso da (s) reforma (s) da administração da justiça: uma nova relação entre o judicial e o não judicial*. Coimbra, Observatório permanente da justiça portuguesa, Centro de Estudos Sociais (CES).
- d. *Acesso ao Direito e à Justiça: um direito fundamental em (des)construção. O caso do acesso ao direito e à justiça de família e das crianças*. Tese de doutoramento em Sociologia do Estado e da Administração. Coimbra: FEUC, 2011.
- e. __ idem e Trincão, Catarina. "As reformas do acesso ao direito e à justiça", *JANUS* 2004, p. 164 – 165.
- f. __ idem; TRINCÃO, Catarina e DIAS, João Paulo. *Percursos da informalização e da desjudicialização, por caminhos da reforma da administração da justiça* (análise comparada). Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, Centro de Estudos Sociais (CES), Coimbra, 2001.
 - i. __ idem, idem, idem. *Por caminhos da(s) reforma(s) da Justiça*. Coimbra: Coimbra Editora, 2003.
 - ii. __ idem, idem, idem. "As transformações no acesso ao direito e à justiça", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 65, 2003, p. 77-106.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e Justiça. A política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1977.

SANTOS, Boaventura de Sousa:



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO

Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado

- a. *Para uma revolução democrática da Justiça*. São Paulo: Cortez, 2007.
- b. *A crítica da razão indolente, contra o desperdício da experiência*. São Paulo, Cortez.
- c. *O fim do Império Cognitivo: a Afirmação das Epistemologias do sul*. Coimbra: Almedina, 2018.
- d. __ idem e Pedroso, João; Marques, Maria Manuel Leitão; Ferreira, Pedro Lopes, *Os Tribunais nas Sociedades Contemporâneas: O Caso Português*. Porto: Afrontamento, 1996.

SENA ORSINI, Adriana Goulart de. (coord.) *Justiça do Século XXI*. São Paulo: LTr, 2014.

SOLER, Raul Calvo. *Mapeo de Conflictos*. Técnica para la exploración de los conflictos. Barcelona: Editorial Gedisa S.A, 2014.

SUPIOT, Alain. *O Espírito de Filadélfia: A Justiça social diante do Mercado Total*. Tradução: Tânia do Valle Tschiedel. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2014.

WARAT, Luis Alberto. *Surfando na pororoca: O ofício do mediador*. Volume III, Fundação Boiteux, Florianópolis, 2004.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

Área de Estudo: D-06 – Administração da Justiça, Governança e Políticas Públicas

Referências temáticas

1. Transformações do constitucionalismo ocidental: Neoconstitucionalismo: constitucionalismo principialista (“noeconstitucionalismo”) e constitucionalismo garantista.
2. “Do estado de direito ao Estado Constitucional: do direito por regras ao direito por princípios” e o papel do Poder Judiciário na teoria constitucional de Gustavo Zagrebelsky.
3. A globalização do Estado de Direito: o neoconstitucionalismo, o neoliberalismo e a reforma institucional na América Latina.
4. Administração da justiça econômica: fundamentos teórico-constitucionais do controle constitucional da compatibilidade das políticas públicas com obrigações jurídicas (inconstitucionalidade sistêmica) afetas aos direitos socioeconômicos. A função política e de governo do Supremo Tribunal Federal: controle constitucional de políticas públicas econômicas(?).
5. Estado empreendedor ou estado mínimo: entre o princípio da socialização do risco e privatização das recompensas e o princípio da solidariedade.
6. O Conselho Tripartite dos Núcleos Intersindicais de Conciliação Trabalhista: o diálogo social e o tripartismo por setor de atividade como estratégia para enfrentamento dos efeitos da pandemia na economia e nas relações de trabalho.
7. A cooperação judiciária como estratégia de administração da justiça na organização judiciária brasileira: dimensões processual e extraprocessual. (NCPC/2015; Recomendação 38 do CNJ).
8. Constituição econômica como extensão da constituição política: controle judicial de políticas públicas (econômicas) como instrumento de promoção dos direitos fundamentais?

Referências bibliográficas

Ponto 1:

- PIETRO SANCHIS, Luis. *El constitucionalismo de los derechos: ensayos de filosofía Jurídica*. Madrid: Trotta, 2013 (5 primeiros capítulos).

Ponto 2:

- ZAGREBELSKY, Gustavo. *El Derecho dúctil*. Trad. Marina Gascón. 6. ed. Madrid: Editorial Trotta, 2005. “Del estado de derecho al estado constitucional” p 21-41; “El derecho por principios” p. 109- 126.

Ponto 3:

- GARAVITO, César Rodrigues. A globalização do Estado de Direito: o neoconstitucionalismo, o neoliberalismo e a reforma institucional na América Latina, IN VIEIRA, Oscar Vilhena; DIMOULIS, Dimitri. *Estado de direito e o desafio do desenvolvimento*. São Paulo: Saraiva, 2011.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO

Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado

Ponto 4:

- PEREIRA, Jane Reis Gonçalves; GONÇALVES, Gabriel Accioly. Inconstitucionalidade sistêmica e multidimensional: transformações no diagnóstico das violações à Constituição, in *Revista Juris Poiesis* ano 18, nº 18, jan-dez. 2015 ISSN 1516-6635, pp. 130-159.
- PUGA, Marilea. El litigio estructural, IN *Revista de Teoría del derecho de la Universidad de Palermo*, Año I, nº2, noviembre de 2014.
- VALLE, Vanice Regina Lírio do. Controle judicial de políticas públicas: sobre os riscos da vitória da semântica sobre o normativo, IN *Revista de Direitos Fundamentais e Democracia*, Curitiba, v. 14, p. 387-408, julho/dezembro de 2013.
- TAVARES, André Ramos. Justiça Constitucional e suas funções, IN *Revista de Informação Legislativa*, Brasília a. 43 n. 171, jul/set/2006, pp. 19-47.

Ponto 5:

- MAZZUCATO, Mariana. *O estado empreendedor – desmascarando o mito do setor público vs. setor privado*. São Paulo:Portfolio-Penguin, 2014 (Capítulos: 1, 2, 3, 4, e 9).
- CHESNAIS, François. *Tobin or not Tobin*. São Paulo: Unesp, ATTAC, 1999.

Ponto 6:

- VASCONCELOS, Antônio Gomes de. Pressupostos filosóficos e político-constitucionais do sistema Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista – teoria e prática da razão dialógica e do pensamento complexo na organização do trabalho e na administração da justiça: democracia integral e ética de responsabilidade social. São Paulo: LTr, 2014, (Capítulo 2, Itens 2.1 ao 2.5; Capítulo 3: item 3.2.2).
- VASCONCELOS, Antônio Gomes de. *O sistema Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista: Do fato social ao instituto jurídico: uma transição neoparadigmática do modelo de organização do trabalho e da administração da justiça*. 1. ed. São Paulo: LTr, 2014. (Capítulos 4 e 5)
- VASCONCELOS, Antônio Gomes de. Modificações Relativas à Extinção do contrato de trabalho instituídas pela lei n. 13.467/2017: dispensa individual e coletiva, distrato e direitos rescisórios (Item 5. O procedimento de jurisdição voluntária para homologação judicial de acordos extrajudiciais), in HORTA, Denise Alves; FABIANO, Isabela M. de Alcântara; KOURY, Luiz Ronan Neves; OLIVEIRA, Sebastião Geraldo (coords.). *Direito do trabalho e processo do trabalho*. São Paulo: LTr, 2017, pp. 249-260.

Ponto 7:

- FONSECA, João Gustavo Henriques de Moraes. *Cooperação judiciária processual – histórico, teoria e prática*. Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2019. (Capítulo 2, itens: 2.1 e 2.2 e 2.5; Capítulo 3; Capítulo 4).
- VASCONCELOS, Antônio Gomes de; JUNIOR, José Eduardo de Resende Chaves. “Cooperação judiciária na administração da justiça e no processo do trabalho”, IN SOUZA, COLONAGO, Lorena de Mello Rezende. *Processo do trabalho atual*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, pp. 264-302 (Itens 1,2,3).

Ponto 8:



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG

ANEXO III do EDITAL

Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado

- VITAL, Moreira. “Economia e Constituição – para o conceito de constituição econômica” (Cap. V: Constituição econômica e constituição política), Boletim de Ciências Econômicas (Suplemento ao Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra – Volume XIX, 1976.
- BERCOVICI, Gilberto. Constituição econômica e desenvolvimento – leitura a partir da Constituição de 1988. São Paulo: Malheiro, 2005 (Capítulos 1 e 2).
- VALLE, Vanice Regina Lírio do. Controle Judicial de Políticas Públicas: sobre os riscos da vitória da semântica sobre o normativo, Revista de Direitos Fundamentais e Democracia, Curitiba, v. 14, n. 14, p. 387-408, julho/dezembro de 2013.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO

Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado

Área de Estudo: D-07 – Hermenêutica jurídica nas matrizes fenomenológica e epistemológica: interação entre saberes em prol da efetividade dos direitos humanos e fundamentais.

Referências temáticas

- 1) A teoria da interpretação de Emilio Betti.
- 2) A Hermenêutica na matriz fenomenológica.
- 3) A Hermenêutica Jurídica e o meio ambiente.
- 4) Hermenêutica Jurídica e processo no âmbito dos poderes estatais.
- 5) A Hermenêutica Jurídica e a Bioética.
- 6) Hermenêutica Jurídica e linguagem.
- 7) Hermenêutica, Direito e Política.
- 8) A Hermenêutica Jurídica da afetividade: do texto à existência.
- 9) Hermenêutica Jurídica e poder no Estado Democrático de Direito.
- 10) A Hermenêutica da paz na busca de soluções judiciais e extrajudiciais inspiradas na justiça.

Referências bibliográficas:

DERRIDA, Jacques. *Essa estranha instituição chamada Literatura*. Tradução de Marileide Dias Esqueda. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. Tradução de Fausto Castilho. Campinas: Unicamp; Petrópolis: Vozes, 2012.

MEGALE, Maria Helena Damasceno e Silva. A compreensão virtuosa do direito. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, v. 97, n. 03, p. 71-104, jan./jun. 2008.

MEGALE, Maria Helena Damasceno e Silva. *A fenomenologia e a hermenêutica jurídica*. Belo Horizonte: Faculdade de Direito da UFMG, 2007.

MEGALE, Maria Helena Damasceno e Silva. A teoria da interpretação jurídica: um diálogo com Emilio Betti. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, v. 91, n. 06, p. 145-169, jan./jun. 2005.

MEGALE, Maria Helena Damasceno e Silva. *Direito, Hermenêutica e Literatura*. Belo Horizonte: D'Plácido, 2019.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

MEGALE, Maria Helena Damasceno e Silva. *Direito, Política e Teatro*. D'Plácido, 2019.

MEGALE, Maria Helena Damasceno e Silva. Introdução à ontologia heideggeriana e ao meio ambiente: abertura do ser para o infinito da existência com o outro. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, v. 99-B, n. 09, pp.209-227, jul./dez. 2009.

MEGALE, Maria Helena Damasceno e Silva. *O horizonte hermenêutico da paz*: essencialidade nas relações de conflito. Belo Horizonte: D'Plácido, 2019.

MEGALE, Maria Helena Damasceno e Silva. Uma recordação da retórica no Fedro de Platão ou a força de resposta do discurso juspolítico inspirado na ideia de justiça. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, v. 98, n. 12, p. 337-360, jul./dez. 2008.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

Área de Estudo: D-09 – Comunicação, Produção Normativa e Multimedialidade

Referências temáticas

- 1) Legística e Avaliação Legislativa: Contingências, desafios e boas práticas.
- 2) Elaboração legislativa multinível na contemporaneidade: a comunicação entre e nas fontes do direito
- 3) Formação do direito, opinião pública e mass media: Linguagens e oralidade em tempos interconectados
- 4) Avaliação Legislativa: interesses, contingências e métodos

Referências bibliográficas

GAAKEER, Jeanne. The perplexity of judges becomes the scholar's opportunity. German Law Journal, v. 18, n. 02, 2017, p. 331-362. Disponível em: <https://germanlawjournal.com/volume-18-no-02/> Acesso em 06.05.2019.

LOPES, Mônica Sette. Juristas e jornalistas: impressões e julgamentos. Revista do Tribunal Regional do Trabalho 3ª Região. Belo Horizonte, v.78, p.253-279. Disponível em: http://www.trt3.jus.br/escola/institucional/revista/paginas_rev/rev_78.htm Acesso em 06.05.2019.

MENEGUIN, Fernando Borato et alii. Avaliação de impacto: cenários e perspectivas para sua aplicação. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/535244>

SOARES, Fabiana de Menezes. Simplificação e elaboração da legislação tributária infralegal: notas sobre o acesso ao direito vigente e a gestão da elaboração legislativa pelo Executivo. Caderno de Finanças Públicas, n. 12, dez.2012, p. 219-245. Disponível em: <http://www.esaf.fazenda.gov.br/assuntos/biblioteca/cadernos-de-financas-publicas>.

SOARES, Fabiana de Menezes; KATTEL, Cristiane Silva; PRETE, Esther Kulkamp Eyng. Estudos em Legística. 1a Edição 2019 ISBN (DIGITAL): 978-65-80478-10-1. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2019. Disponível em: <https://www.direito.ufmg.br/wp-content/uploads/2019/10/Miolo_Estudos-em-Leg%C3%ADstica-Final2.pdf>
<https://drive.google.com/file/d/1wtXUrrA4WgmUMVeDMzOOTshFGqimWeBa/view>



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

Área de Estudo: D-10 – Cidade, Alteridade e Direito à Cidade: Usufruto Equitativo e Meio Ambiente

Referências temáticas

- 1) Direito à moradia
- 2) Trabalho da população em situação de rua
- 3) Comunidades tradicionais em áreas urbanas
- 4) Impactos e conflitos socioambientais em áreas urbanas
- 5) Ocupações urbanas
- 6) Direito à cidade
- 7) Princípios urbanísticos
- 8) Expansão urbana e justiça socioespacial
- 9) Planejamento urbano e segregação socioespacial
- 10) Espaços ambientais protegidos e paisagem nas cidades

Referências bibliográficas

ACSERARD, Henri. Discursos da sustentabilidade. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, nº 01, p. 79-90, mai. 1999. Disponível em: <<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/27>>.

DIAS, André Luiz Freitas; OLIVEIRA, Lucas Furiati de. Violências de Mercado e de Estado no Contexto do Empreendimento Minerário Minas-Rio, Conceição do Mato Dentro – MG, 2015 a 2017. São Carlos: Scienza, 2018. Disponível em: <https://polosdecidadania.com.br/wp-content/uploads/2014/07/Miolo_Viol%C3%AAsncias_Mercado.zip>.

GAIO, Daniel. A interpretação do direito de propriedade em face da proteção constitucional do meio ambiente urbano. Rio de Janeiro: Renovar, 2015.

GRINOVER, Ada Pellegrini et al. Direitos fundamentais das pessoas em situação de rua. Belo Horizonte: D'Placido, 2016.

GUSTIN, Miracy B. S. Das necessidades humanas aos direitos: ensaio de sociologia e filosofia do direito. 2ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

HARVEY, David. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG

ANEXO III do EDITAL

Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (Org.). A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 121-192.

OSORIO, Letícia Marques. O direito à moradia como direito humano. In: FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia (Org.). Direito à moradia adequada: o que é, para quem serve, como defender e efetivar. Belo Horizonte: Fórum, 2014, p. 39-68.

PRADO, André Luiz Prado. Ao fim da cidade: conjuntos habitacionais nas bordas urbanas. 2014. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. Disponível em: <http://rehabitare.direito.ufmg.br/?page_id=294>.

SALCEDO REPOLÊS, Maria Fernanda et al. La espera como violencia de estado y la democracia sin espera: el caso de Vila Acaba Mundo”. In: DIAS, André Luiz Freitas; MAYOS SOLSONA, Gonçal (Org.). Violaciones de derechos humanos, poder y Estado. Jundiaí: Paco, 2018, v. 1, p. 185-213.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado

Área de Estudo: D-11 – Novas fronteiras entre o direito material e processual

Referências temáticas

- 1) Tutela específica e conformação procedimental à tutela das obrigações.
- 2) Ato ilícito e tutela processual do ilícito.
- 3) Tensões entre responsabilidade contratual e extracontratual. Caracterização e distinções.
- 4) Contratualização das relações privadas, soluções consensuais e contratualização do processo.
- 5) Abuso de direito: configuração, limites e instrumentos de controle.
- 6) Tempo e relações jurídicas. Tempo do direito material e tempo do processo.
- 7) Incidência diferenciada da boa fé nas relações materiais e processuais. Os deveres de lealdade e de cooperação no contrato e no processo.
- 8) Liberdade econômica e revisão dos contratos.
- 9) Crise sistêmica das violações do direito material, litigiosidade repetitiva e instrumentos para eficiência dos modelos de resolução de conflitos.
- 10) Mecanismos de tutela diferenciada e novos sistemas de resolução de conflitos. Tutela adequada dos direitos.

Referências bibliográficas

ABDO, Helena Najjar. *O abuso do processo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

ARRUDA ALVIM NETTO, José Manoel de. Deveres das partes e dos procuradores no direito processual civil brasileiro (a lealdade no processo). *Revista de Processo*, São Paulo, v. 69, p. 7-20, jan.-mar. 1993.

ARRUDA ALVIM NETTO, José Manoel de. Resistência injustificada ao andamento do processo. In: WAMBIER, Luiz Rodrigues; WAMBIER, Tereza Arruda Alvim (org.). *Doutrinas essenciais: processo civil*. V. III. São Paulo: RT, 2011, p. 1145-1160.

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. *Negócio jurídico: existência, validade e eficácia*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. Responsabilidade das partes por dano processual. In: WAMBIER, Luiz Rodrigues; WAMBIER, Tereza Arruda Alvim (org.). *Doutrinas essenciais: processo civil*. V. III. São Paulo: RT, 2011, p. 477-499.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Direito e processo: influência do direito material sobre o processo*. 3. ed.,



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado

rev. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2003.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Efetividade do processo e técnica processual*. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

CABRAL, Antonio do Passo. *Convenções processuais*. 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2018.

CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique. *Negócios Processuais*. Salvador: JusPodivm, T. 1 (4. ed., 2019) e 2 (2020).

CARNEIRO DA FRADA, Manuel António da Castro Portugal. *Teoria da Confiança e Responsabilidade Civil*. Coimbra: Almedina, 2004.

CARVALHO, Orlando. *Teoria Geral do Direito Civil*. Coimbra: Coimbra Editora, 2012.

CASTRO FILHO, José Olímpio de. *Abuso do direito no processo civil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1960.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. *Programa de Responsabilidade Civil*. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

COUTO E SILVA, Clóvis. *A obrigação como processo*. São Paulo: FGV, 2006.

CUNHA DE SÁ, Fernando Augusto. *Abuso do Direito*. Coimbra: Almedina, 2005.

GABBAY, Daniela Monteiro; CUNHA, Luciana Gross. *Litigiosidade, morosidade e litigância repetitiva no Judiciário: uma análise empírica*. São Paulo: Saraiva, 2013.

GALDINO, Flávio. *Introdução à teoria dos custos dos direitos: direitos não nascem em árvores*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

GOMES, Elena de Carvalho. *Entre o actus e o factum: os comportamentos contraditórios no direito privado*. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

JORGE, Fernando Pessoa. *Ensaio sobre os pressupostos da responsabilidade civil*. Coimbra: Almedina, 1999.

LEONARDO, Rodrigo Xavier. *Redes contratuais no mercado habitacional*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

MARINO, Francisco Paulo de Crescenzo. *Revisão contratual*. São Paulo: Almedina, 2020.

MARINONI, Luiz Guilherme. *Técnica processual e tutela dos direitos*. 5. ed. São Paulo: RT, 2018.

MARQUES NETO, Floriano Peixoto; RODRIGUES JR., Otavio Luiz; LEONARDO, Rodrigo Xavier (Org.). *Comentários à Lei da Liberdade Econômica: Lei 13.874/2019*. São Paulo: RT, 2019.

MARTINS, Pedro Baptista. *O abuso do direito e o ato ilícito*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

MARTINS-COSTA, Judith. *A boa-fé no Direito Privado: critérios para sua aplicação*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO

Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado

MARTINS-COSTA, Judith. Os avatares do abuso do Direito e o rumo indicado pela boa-fé. In: *Direito civil contemporâneo: novos problemas à luz da legalidade constitucional*. São Paulo Atlas, 2008.

MENEZES CORDEIRO, António Manuel da Rocha e. *Da Boa Fé no Direito Civil*. Coimbra: Almedina, 2007 (reimp.).

RODRIGUES JR, Otavio Luiz. *Direito civil contemporâneo: estatuto epistemológico, Constituição e direitos fundamentais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2019.

ROPPO, Enzo. *O contrato*. Coimbra: Almedina, 1988.

SALOMÃO, Luis Felipe; CUEVA, Ricardo Villas Bôas; FRAZÃO, Ana. *Lei de Liberdade Econômica e seus impactos no Direito Brasileiro*. São Paulo: RT, 2020.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Direitos do consumidor*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *O contrato e sua função social*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

TOMASEVICIUS FILHO, Eduardo. *O princípio da boa-fé no Direito Civil*. São Paulo: Almedina, 2020.

TUCCI, José Rogério Cruz e. *Tempo e processo: uma análise empírica das repercussões do tempo na fenomenologia processual (civil e penal)*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

VASCONCELOS, Pedro Pais de. *Teoria Geral do Direito Civil*. 8. ed. Coimbra: Almedina, 2015.

VILHENA, Paulo Emílio Ribeiro de. *Direito público e direito privado: sob os prismas das relações jurídicas*. 3. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2018.

ZANETI JÚNIOR, Hermes; CABRAL, Trícia Navarro Xavier (Coord.). *Justiça Multiportas: Mediação, Conciliação, Arbitragem e outros meios de solução adequada de conflitos*. 2. ed. Salvador: JusPodivm, 2018.

ZIMMERMANN, Reinhard. *The Law of Obligations: Roman Foundations of the Civilian Tradition*. Oxford: Oxford University Press, 1996.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado

LINHA DE PESQUISA 3
HISTÓRIA, PODER E LIBERDADE

Área de Estudo: H-01 – Tempo, Espaço e Constituição: Perspectivas Críticas e Desdobramentos Dogmáticos.

Referências temáticas

- 1) Gênero, raça e classe: o debate entre interseccionalidade e consubstancialidade.
- 2) História dos Conceitos: entre ciência histórica e hermenêutica.
- 3) O conceito moderno de Constituição.
- 4) A Constituição do Estado Democrático de Direito como processo aberto de aprendizado social.
- 5) A Constituição como aquisição evolutiva.
- 6) Teoria Tradicional e Teoria Crítica da Constituição.
- 7) O sentido da liberdade acadêmica.
- 8) Transmodernidade, interculturalidade e crítica à colonialidade.
- 9) A legitimidade do Estado Democrático de Direito como conflito concreto do direito positivo.
- 10) Paradoxos do Estado Democrático de Direito.

Referências bibliográficas

HIRATA, Helena. “Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais” (Disponível em <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84979>)

ALVES, Adamo Dias. *Elementos Bonapartistas no Processo de Constitucionalização Brasileiro: Uma análise crítico-reflexiva da história constitucional brasileira de 1823 a 1945*. Belo Horizonte: Conhecimento, 2018, cap. 2, p. 7-49.

GOMES, David Francisco Lopes. *A Constituição de 1824 e o problema da modernidade: O conceito moderno de constituição, a história constitucional brasileira e a teoria da constituição no Brasil*. Belo Horizonte: D'Plácido, 2019, cap. 4 e 6, p.133-176; p. 263-293.

HABERMAS, Jürgen. Constitutional Democracy: A paradoxical union of contradictory principles? (Disponível em https://my.ilstu.edu/~jkshapi/Habermas_ConstitutionalDemocracy.pdf)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO

Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL

Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado

LUHMANN, Niklas. A Constituição como aquisição evolutiva. (Disponível em <https://pt.scribd.com/document/31253250/LUHMANN-Niklas-A-constituicao-como-aquisicao-evolutiva>)

CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. Contribuições para uma Teoria Crítica da Constituição. Belo Horizonte: Arraes, 2017.

CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade; PRATES, Francisco de Castilho; REPOLÊS, Maria Fernanda Salcedo. "Liberdade acadêmica em tempos difíceis: diálogos Brasil e Estados Unidos". (Disponível em [https://www.academia.edu/28661068/LIBERDADE ACAD%C3%8AMICA EM TEMPOS DIF%C3%8DCEIS DI%C3%81LOGOS BRASIL E ESTADOS UNIDOS vers%C3%A3o corrigida](https://www.academia.edu/28661068/LIBERDADE_ACAD%C3%8AMICA_EM_TEMPOS_DIF%C3%8DCEIS_DI%C3%81LOGOS_BRASIL_E_ESTADOS_UNIDOS_vers%C3%A3o_corrigida))

DUSSEL, Enrique. "Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação" (Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100051)

MÜLLER, Friedrich. A legitimidade como conflito concreto do direito positivo. (Disponível em https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/70182/008_muller.pdf?sequence=1)
REPOLÊS,

REPOLÊS, Maria Fernanda Salcedo. Giro espacial, decolonial, feminista e antirracista do direito. In: Cattoni de Oliveira, Marcelo Andrade e Gomes, David F. L. (orgs.) *1988-2018: O que Constituímos? Homenagem a Menelick de Carvalho Netto nos 30 anos da Constituição de 1988*. 2 ed. Belo Horizonte: Conhecimento, 2020, p. 297-310.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado

Área de Estudo: H-02 – Filosofia Radical e Teoria Crítica do Direito e do Estado

Referências temáticas

- 1) Biopolítica e estado de exceção.
- 2) Teologia política e violência fundadora e mantenedora do direito.
- 3) Democracia radical: multidão, comum e potências desinstituintes.
- 4) Desobediência, revolução ou reformismo?
- 5) Governo de si e dos outros: condutas e contracondutas.
- 6) Crítica ao capitalismo e à subjetivação (neo)liberal.
- 7) Decolonialismos: crítica à Modernidade, ao universalismo e à Razão.
- 8) Críticas feministas e queer ao direito e lutas (anti)identitárias.
- 9) *Habitus* e cumplicidade estrutural dos agentes do direito: da educação jurídica ao Poder Judiciário.
- 10) Teorias da sujeição e produção de sujeitos dissidentes.

Referências bibliográficas

BENJAMIN, Walter. Para uma crítica da violência (1921). In: BENJAMIN, Walter. *Escritos sobre mito e linguagem*. Trad. Ernani Chaves. São Paulo: 34, 2011, p. 121-156.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Difel, 1989 [Cap. VIII. A força do direito, p. 209-254]

BUTLER, Judith. *A vida psíquica do poder: teorias da sujeição*. Trad. Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. [Introdução, p. 9-39, Circuitos da má consciência (Nietzsche e Freud), p. 69-88 e Sujeição, resistência, resignificação (Entre Freud e Foucault), p. 89-112].

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 10 ed. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro. [Prefácio; Cap. 1. Sujeitos do sexo/gênero/desejo, p. 7-70]

ESPOSITO, Roberto. *Bios: biopolítica e filosofia*. Trad. Wander Melo Miranda. Belo Horizonte: UFMG, 2017 (Cap. 1: O enigma da biopolítica, p. 19-58).

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder (1982). In: DREYFUS, H. & RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249 (Texto disponível também nos Ditos e Escritos).



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO

Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL

Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado

GROSGUÉL, Ramón. Descolonizando los universalismos occidentales. In: CASTRO- GÓMEZ, Santiago; GROSGUÉL, Ramón (orgs.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre-Iesco-Pensar, pp. 63-91, 2007.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Multidão: guerra e democracia na era do império*. Rio de Janeiro: Record, 2005. (Parte 2: Multidão, pp. 137-290).

MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. Estado de exceção, desobediência civil e desinstituição: por uma leitura democrático-radical do poder constituinte. In: *Revista Direito e Práxis*, vol. 7, nº 4, Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, pp. 43-95, outubro/dezembro de 2016. Disponível em: <https://ufmg.academia.edu/AndityasSoares>

MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. *Filosofia radical e utopias da inapropriabilidade: uma aposta anárquica na multidão*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO

Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado

Área de Estudo: H-03 – Internacionalização do Direito, Justiça de Transição e Jurisdição Constitucional na consolidação da Democracia

Referências temáticas

- 1) Transição Política Brasileira, Constitucionalização, Democracia sem espera;
- 2) Transitologia e Justiça de Transição;
- 3) Constitucionalismo, Justiça de Transição e Estado de Direito;
- 4) Constitucionalismo Democrático e Transnacionalização do Direito;
- 5) Judicialização da Política e Juristocracia;
- 6) Poder Judiciário, Autoritarismo e Reformas Institucionais;
- 7) Constituição Brasileira de 1988, Jurisdição Constitucional e Teorias da Argumentação Jurídica;
- 8) Ponderação de Valores, Construtivismo Jurídico e Teoria Discursiva do Direito;
- 9) Responsabilização, Crimes contra a Humanidade e Justiça de Transição;
- 10) Constitucionalismo, Erosão Democrática e Autoritarismo.

Referências bibliográficas

CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. Democracia sem espera e processo de constitucionalização: uma crítica aos discursos oficiais sobre a chamada “transição política brasileira”. BRASIL. Comissão de Anistia. Ministério da Justiça. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**. N. 3 (jan./jun. 2010). Brasília: Ministério da Justiça, 2010, p. 200-230.

CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. **Devido Processo Legislativo**. 3ª Ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. **Contribuições para uma Teoria Crítica da Constituição**. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2017.

MEYER, Emilio Peluso Neder. **A decisão no controle de constitucionalidade**. São Paulo: Método, 2008 (caps. III, IV e V).

MEYER, Emilio Peluso Neder. Criminal Responsibility in Brazilian Transitional Justice: A Constitutional Interpretative Process under the Paradigm of International Human Rights Law. **Indon. J. Int'l & Comp. L.**, v. 4, 2017, p. 41-71.

MEYER, Emilio Peluso Neder. **Decisão e Jurisdição Constitucional: Crítica às Sentenças**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO

Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado

Intermediárias, Técnicas e Efeitos do Controle de Constitucionalidade em Perspectiva Comparada. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

MEYER, Emilio Peluso Neder. **Ditadura e Responsabilização**: Elementos para uma Justiça de Transição no Brasil. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2012.

MEYER, Emílio Peluso Neder. Judges and Courts Destabilizing Constitutionalism: The Brazilian Judiciary Branch's Political and Authoritarian Character. **GERMAN LAW JOURNAL**, v. 19, p. 727-768, 2018.

MEYER, Emilio Peluso Neder (org.). **Justiça de Transição em Perspectiva Transnacional**. Belo Horizonte: Centro de Estudos sobre Justiça de Transição, Secretaria da Rede Latino-Americana de Justiça de Transição, 2017.

MEYER, Emilio Peluso Neder. CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade (orgs.). **Justiça de Transição nos 25 Anos da Constituição de 1988**. 2ª ed. Belo Horizonte: Initia Via, 2014. Introdução (p. 9-36); Capítulo X (p. 350-412); Capítulo XV (p. 526-568).

MEYER, Emílio Peluso Neder; TIRADO, F. G. A. . Responsabilização por crimes contra a humanidade no Brasil: impunidade nos 30 anos da Constituição de 1988. **REVISTA CULTURAS JURÍDICAS**, v. 5, p. 271-301, 2018.

PEREIRA, Anthony W. **Ditadura e Repressão**: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina. Trad. Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

SAUNDERS, Cheryl. The Use and Misuse of Comparative Constitutional Law. **Indiana Journal of Global Legal Studies**, vol. 13, n. 1, 2006, p. 37-76.

TEITEL, Ruti G. **Transitional Justice**. Nova Iorque: Oxford University Press: 2002.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO

Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado

Área de Estudo: H-04 – Direito Internacional Privado, Direito Comparado, Estudos Culturais e Jusfilosóficos

Referências temáticas:

- 1) Universalismo ocidental vs. relativismo cultural: dimensões políticas, normativas e jusfilosóficas
- 2) Cosmopolitismo entre pós-positivismo e pós-democracia: hermenêutica conjuntural global
- 3) Contextos identitários e conflito de culturas na globalização do Direito.
- 4) Sistemas jurídicos contemporâneos e diversidade jurídica: visões analíticas e críticas
- 5) Estudos culturais, comparados e filosóficos como aportes críticos ao sistema jurídico global
- 6) Sistemas jurídicos sustentáveis e Agenda 2030 das Nações Unidas
- 7) Filosofia da hospitalidade, direito fraterno e diversidade cultural
- 8) Discriminação, antirracismo e sistemas jurídicos reativos: releituras globais e o intercâmbio entre modelos legais e desenhos institucionais.
- 9) Direitos sexuais e LGBTQs nas intersecções críticas do direito internacional privado
- 10) Temas da globalidade e direito internacional privado: migrações, anticorrupção, direitos humanos e tecnologias

Referências bibliográficas

BAKER, Gideon. *Politicising ethics in international relations: cosmopolitanism as hospitality*. London: Routledge, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: As consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999; idem, *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

BENHABIB, Seyla et al. *The rights of others: Aliens, residents, and citizens*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004

BROCHADO, Mariah. Pós-Democracia e neojudicatura: entre a nova razão do mundo e o combate à corrupção no Brasil. In: BROCHADO, Mariah; PORTO, Lucas Magno O.; SARKIS, Jamilla Monteiro; AMORIM, Rafael Amorim de (org.). *Olhar distanciado sobre o combate à corrupção: o caso Lava Jato entre direito e política*. Curitiba: CRV, 2020

BROCHADO, Mariah. Teoria geral da política. In: *Filosofia do direito e formação humanística*. BROCHADO, Mariah et all. Curitiba: Editora CRV, 2016.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO

Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado

COLIN, Crouch. *Postdemocracia*. Roma: Editori Laterza, 2012.

CORCODEL, Veronica. *Modern law and otherness: the dynamics of inclusion and exclusion in comparative legal thought*. Edward Elgar, 2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*. Boitempo Editorial, 2017.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. Boitempo Editorial, 2017.

DELMAS-MARTY, Mireille. *Le Relatif et l'Universel: les forces imaginaires du droit*. Paris: Seuil, 2004; idem, *Le pluralisme ordonné*. Paris: Seuil, 2006 (Trad. Inglês: Ordering pluralism: a conceptual framework for understanding the transnational legal world. Oxford, London: Hart, 2009). Bibliografia completa em: <<https://www.college-de-france.fr/site/en-mireille-delmas-marty/index.htm>>

DERRIDA, Jaques. *Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da hospitalidade*. Trad. Antonio Romane. São Paulo: Escuta, 2003; idem, *Politiques de L'Amitié*. Paris: Galilée, 1995.

FRIEDRICH, Tatyana S, TREVISAN, N M. Uma necessária readaptação do reconhecimento dos direitos humanos: por uma emancipação do ser humano pela sua igual dignidade e diferença cultural. *Inter: Revista de direito internacional e direitos humanos da UFRJ*, vol. 2, p. 1-22, 2019.

FRIEDRICH, Tatyana S; PASSOS, A. Quanto mais o tempo passa, mais eu me sinto estrangeira?: direitos, subjetividades e corpos silenciados pelo processo migratório em ?Terra Estrangeira?. In: MELO, Ezilda; SERAU, Marcos (Org.). *Direito e Cinema Brasileiro*. 1ed. Lisboa: Editora - Lisbon International Press, 2020, v. 1, p. 480-491.

ISAILOVIC, Ivana. Same Sex but Not the Same: Same-Sex Marriage in the United States and France and the Universalist Narrative. In: *The American Journal of Comparative Law*, v. 66, n. 2, p. 267-315, 2018.

JAYME, Erik. Identité culturelle et intégration: le droit international privé postmoderne. Cours général de droit international privé. In: *Recueil des cours*, vol 251 (1995), p.9-267.

JULLIEN, François. *O diálogo entre as culturas: do universal ao multiculturalismo*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

KANT, Immanuel. *Ideas para una historia universal en clave cosmopolita y otros escritos sobre filosofía de la historia*. (Ideen Zur Einer Allgemeinen Geschichte in Weltbürgerlicher Absicht). Trad. Concha R. Panadero e Roberto R. Aramayo. 2ª ed. Madrid: Tecnos, 1994.

LEGRAND, Pierre. *Le Droit Comparé*. Paris: Puff, 2009; idem, Paradoxically, Derrida: For a Comparative Legal Studies. In: *Cardozo Law Review*, vol.27, 2005. p-631-53; idem, How to compare now, in *Legal Studies* vol.16, n. 2, 1996, p.232-242.

LOSANO, Mario G. *Os Grandes Sistemas Jurídicos*. Trad. Marcela Varejão. São Paulo: Martins Fontes, 2007.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG

ANEXO III do EDITAL

Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado

MAYOS, Gonçal et all (ed.). *Interrelación filosófico-jurídica multinivel: estudios desde la interconstitucionalidad, la interculturalidad y la interdisciplinariedad para un mundo global*. Linkgua digital, 2016. Bibliografia completa em: http://www.ub.edu/histofilosofia/gmayos_old/0index.htm

MICHAELS, Ralf, After the Backlash: A New PRIDE for Transnational Law. In: ZUMBANSEN, Peer (Ed.). *The Many Lives of Transnational Law: Critical Engagements with Jessup's Bold Proposal*. Cambridge University Press, 2020/ DukeLaw School Public Law & Legal Theory Series No. 2019-26. Disponível: <<https://ssrn.com/abstract=3370926>>

MICHAELS, Ralf, Private International Law and the Question of Universal Values. In: FERRARI, Franco & FERNANDÉZ ARROYO Diego P. (orgs) *The Continuing Relevance of Private International Law*, 2019; Duke Law School Public Law & Legal Theory Series No. 2019-35. Available at SSRN: <<https://ssrn.com/abstract=3384877>>

MILLS, Alex. The Private History of International Law. In: *International and Comparative Law Quarterly*, vol. 55, n 1, 2006, p. 1-50.

MUIR WATT, Horatia. Legal encounters with alterity in post-monist mode. In: FABRA-ZAMORA, Jorge (ed) *Jurisprudence in a Globalized World*. Edward Elgar Publishing, 2020.

MUIR-WATT, Horatia. *Discours sur les méthodes du droit international privé* (des formes juridiques de l'inter-altérité). Brill/Nijhoff, 2019.

MUIR-WATT, Horatia. Hospitality, Tolerance, and Exclusion in Legal Form: Private International Law and the Politics of Difference. In: *Current Legal Problems*, Vol. 70, n.1, p. 111–147, 2017.

MUIR-WATT, Horatia. La fonction subversive du droit comparé. In: *Revue internationale de droit comparé*, vol.52, n.3, p. 503-527, 2000,

POLIDO, Fabrício B.P; TRIVELLATO, Márcia, DUARTE, Fernanda A. Operação Lava Jato e suas ramificações transnacionais: diálogos com direitos humanos, cooperação internacional e novas tecnologias. In: BROCHADO, Maria; PORTO, Lucas Magno Oliveira; SARKIS, Jamilla Monteiro; AMORIM, Rafael Amorim de (org.). *Olhar distanciado sobre o combate à corrupção: o caso Lava Jato entre direito e política*. Curitiba: CRV, 2020.

POLIDO, Fabrício B.P. Comentários aos Arts. 24-30. In: FRIEDRICH, Tatyana Scheila; SOUZA, Isabella Louise Traub Soares de; CRUZ, Tais Vella (org.). *Comentários à lei 13.445/2017. A Lei de Migração*. Porto Alegre: Fi, 2020.

POLIDO, Fabrício; LOPES, Inez. Private International Law and the outbreak of Covid-19: Some initial thoughts and lessons to face in daily life. In: *Conflict of Laws*. May 2020. Disponível: <<https://conflictoflaws.net/2020/webinar-report-private-international-law-and-the-outbreak-of-covid-19-some-initial-thoughts-and-lessons-to-face-in-daily-life/>>

POLIDO, Fabrício; RAMOS, Marcelo (ed.). *O Direito Chinês Contemporâneo*. 1.ed. Lisboa/São Paulo: Almedina, 2015.

RAJAGOPAL, Balakrishnan. *International law from below: Development, social movements and third*



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO

Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado

world resistance. Cambridge University Press, 2003.

RILES, Annelise (ed). *Rethinking the masters of comparative law*. Oxford/Cheltenham: Hart, 2001.

RODOTÀ, Stefano. *Il diritto di avere diritti*. Gius. Laterza & Figli Spa, 2012.

RODOTÀ, Stefano. *Solidarietà: un'utopia necessaria*. Gius. Laterza & Figli Spa, 2016.

SOUSA SANTOS, Boaventura; RODRÍGUEZ-GARAVITO, César A. (ed.). *Law and globalization from below: Towards a cosmopolitan legality*. Cambridge University Press, 2005. Disponível: <http://www.boaventuradesousasantos.pt/documentos/law_and_globalization_from_below.pdf>

WALLERSTEIN, Immanuel. *O universalismo europeu: a retórica do poder*. Trad. Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2007.

WHYTOC, Christopher A., The Concept of a Global Legal System. In: *The Many Lives of Transnational Law: Critical Engagements with Jessup's Bold Proposal*. Cambridge: Cambridge University Press, forthcoming 2019); idem. Toward a New Dialogue Between Conflict of Laws and International Law. *AJIL Unbound*, vol. 110, p. 150-154, 2016.

Fontes de pesquisa na internet:

<http://www.periodicos.capes.gov.br/>, www.academia.edu; www.researchgate.net;
<https://halshs.archives-ouvertes.fr/>; www.ssrn.com; <https://scielo.org/>;
<https://www.cairn.info/>; <http://www.persee.fr/>, <http://ppl.nl/>, <https://digitalcommons.law.yale.edu/>;
; <http://plato.stanford.edu/>; https://guides.library.cornell.edu/Foreign_and_International_Law_Guide



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO

Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado

Área de Estudo: H-05 – Ordem Jurídica Transnacional e Tecnologia

Referências temáticas

- 1) Estado, ordem jurídica transnacional e a construção da governança da internet. Pluralismo jurídico, identidades e fragmentação do direito. Valores éticos da sociedade global do conhecimento (global knowledge society).
- 2) Organizações internacionais e poder corporativo global na regulamentação das novas tecnologias, inovação e Indústria 4.0
- 3) Direito internacional, jurisdição e cooperação jurídica internacional e interfaces com a internet: governança de infraestrutura, dados e conteúdo
- 4) Privacidade, proteção de dados e segurança cibernética entre soberania de dados, direitos humanos e extraterritorialidade das leis
- 5) Cyberpolicy, governança de conteúdo e direitos fundamentais online na internet: olhares sobre desinformação, fake news, discurso de ódio e violência online
- 6) Inteligência artificial entre regulação privada transnacional e estudos jurídicos internacionais do trabalho e tecnologias
- 7) Direitos sexuais e comunidades LGBTQ+ no encontro com direito internacional e novas tecnologias
- 8) Direito internacional, segurança cibernética e autoritarismo digital
- 9) Big Data, vigilância cibernética, privacidade e discriminação digital
- 10) Direitos digitais, liberdade de expressão e acesso a conhecimento na Agenda da OMPI para o Desenvolvimento.

Referências bibliográficas

BAADE, Björnstjern. Fake News and International Law. *European Journal of International Law*, v. 29, n. 4, p. 1357-1376, 2018. Disponível: <https://publishup.uni-potsdam.de/opus4-ubp/frontdoor/deliver/index/docId/42238/file/kfg_wps18.pdf>

Balkin, Jack M., Free Speech in the Algorithmic Society: Big Data, Private Governance, and New School Speech Regulation UC Davis Law Review, Yale Law School, 2018. Disponível: <<https://ssrn.com/abstract=3038939>>

BENVENISTI, Eyal. Upholding Democracy Amid the Challenges of New Technology: What Role for the Law of Global Governance?. *European Journal of International Law*, v. 29, n. 1, p. 9-82, 2018.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO

Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado

BERMAN, Paul Schiff. From International Law to Law and Globalization. *Columbia Journal of Transnational Law*, Vol. 43, 2005, p. 485. Disponível: <https://scholarship.law.gwu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1078&context=faculty_publications>

CHANDER, Anupam; LE, Uyén. Data Nationalism. In: *Emory Law Journal*, vol. 64, n.3, 2015, p.677-740. Disponível: <<https://law.emory.edu/elj/documents/volumes/64/3/articles/chander-le.pdf>>

DRUZIN, Bryan; GORDON, Gregory S. Authoritarianism and the Internet. *Law & Social Inquiry*, v. 43, n. 4, p. 1427-1457, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2Z004nQ>>

EFF. Electronic Frontier Foundation. *Favourite Books*. Disponível: <<https://www EFF.org/pages/eff-favorite-books>>

FAIRBANK, Nancy Ayer. The state of Microsoft?: the role of corporations in international norm creation. *Journal of Cyber Policy*, v. 4, n. 3, p. 380-403, 2019.

HARARI, Yuval Noah. *Homo Deus: A brief history of tomorrow*. Random House, 2016.

JOHNS, Fleur E. Data Mining as Global Governance. In: BROWNSWORD, Roger; SCOTFORD, Eloise; YEUNG, Karen (Ed.). *The Oxford handbook of law, regulation and technology*. Oxford: Oxford University Press, 2017. Disponível: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2690047>

LUCCHI, Nicola. Internet content governance and human rights. In: *Vanderbilt Journal of Ent. & Technology Law*, vol. 16, p. 809-50, 2013. Disponível: <www.jetlaw.org/wp-content/uploads/2014/06/Lucchi_Final.pdf>

MANZI, Daniela C. Managing the Misinformation Marketplace: The First Amendment and the Fight Against Fake News. In: *Fordham Law Review*, vol. 87, p. 2623-2652, 2018. <https://ir.lawnet.fordham.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=5613&context=flr>

MILLS, Alex. Choice of law in defamation and the regulation of free speech on social media: nineteenth-century law meets twenty-first-century problems. In: MANGAN, David; GILLIES, Lorna E. (Ed.). *The legal challenges of social media*. Edward Elgar Publishing, 2017, p.270-291.

MILLS, Alex. The confluence of public and private international law: justice, pluralism and subsidiarity in the international constitutional ordering of private law. Cambridge: Cambridge University Press, 2010; idem, The Private History of International Law, in *International and Comparative Law Quarterly*, vol. 55, n 1, 2006, p. 1-50.

MURRAY, Daragh; FUSSEY, Pete. Bulk surveillance in the digital age: Rethinking the human rights law approach to bulk monitoring of communications data. *Israel Law Review*, v. 52, n. 1, p. 31-60, 2019.

PERLOFF-GILES, Alexandra. Transnational cyber offenses: Overcoming jurisdictional challenges. *Yale Journal of International Law*, vol. 43, p. 191-227, 2018. Disponível em: <https://digitalcommons.law.yale.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1688&context=yjil>

POLIDO, Fabricio B.P. *Direito Internacional Privado nas Fronteiras do Trabalho e Tecnologias*. 1ª.ed. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2018. Disponível em: <<https://irisbh.com.br/wp->



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO

Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado

[content/uploads/2018/06/Direito-Internacional-Privado-nas-FronteirasEB.pdf>](#)

VALLAS, Steven; SCHOR, Juliet B. What Do Platforms Do? Understanding the Gig Economy. *Annual Review of Sociology*, v. 46, 2020. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/pdf/10.1146/annurev-soc-121919-054857>

WAI, Robert. The interlegality of transnational private law. *Law and Contemporary Problems*, v. 71, n. 3, p. 107-127, 2008. Disponível: <https://scholarship.law.duke.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1480&context=lcp>

WALDMAN, Ari Ezra. Law, Privacy, and Online Dating: “Revenge Porn” in Gay Online Communities. *Law & Social Inquiry*, v. 44, n. 4, p. 987-1018, 2019. <https://doi.org/10.1017/lsi.2018.29>

WALDMAN, Ari Ezra. Privacy, sharing, and trust: the Facebook study. *Case Western Res. Law Review*, vol. 67, p. 193, 2016.

WALDMAN, Ari Ezra. The Marketplace of Fake News. *University of Pennsylvania Journal of Constitutional Law*, v. 20, p. 845, 2017. Disponível: <https://scholarship.law.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1661&context=jcl>

ZUBOFF, Shoshana. Big other: surveillance capitalism and the prospects of an information civilization. *Journal of Information Technology*, v. 30, n. 1, p. 75-89, 2015. <https://cryptome.org/2015/07/big-other.pdf>



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO

Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado

Área de Estudo: H-06 – Direito do Trabalho e Crítica

Referências temáticas

- 1) Direito do trabalho e resistência: classes, consciência e subjetividade.
- 2) Repensar o perímetro do Direito do Trabalho: elementos da relação de emprego e margens do mundo do trabalho.
- 3) Direito do Trabalho e conflitos socioambientais.
- 4) Direito do Trabalho epistemologias dissidentes: teorias decoloniais, ecológicas, feminismos, teoria queer e teorias raciais contemporâneas.
- 5) Desafios da liberdade sindical: modelos de organização sindical, atores sociais e antissindicalidades.
- 6) Negociação coletiva, greve e autogestão: formas típicas, inovadoras e globais.
- 7) Desconcentração produtiva e novas tecnologias: redes de exploração e a dissociação entre poder e responsabilidade.
- 8) Trabalho escravo contemporâneo: epistemologia e desafios.
- 9) Identidades, gênero e sexualidade nas relações, conflitos e regulação do trabalho.
- 10) Divisão internacional do trabalho, fluxos migratórios e marcos regulatórios globais.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Everaldo Gaspar Lopes de. O direito do trabalho na filosofia e na teoria social crítica: os sentidos do trabalho subordinado na cultura e no poder das organizações. *Revista do Tribunal Superior do Trabalho*, Brasília, v. 78, n. 3, p. 37-63, jul./set. 2012. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/34299>

BAKAN, Abigail B. Marxismo e antirracismo: repensando a política da diferença. Trad. Becca Freitas. In: Outubro, n. 27, novembro de 2016. Disponível em: www.outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2016/11/02_Bakan_2016.pdf

BARBATO, Maria Rosaria; PEREIRA, Flávia Souza Máximo. Proteção em face de condutas anti-sindicais: a ausência de uma legislação sistemática protetiva e os novos ataques ao direito fundamental à liberdade sindical. In: Conpedi, 2012, Uberlândia. Anais do XXI Encontro Nacional do CONPEDI: “Sistema Jurídico e Direitos Fundamentais Individuais e Coletivos”. Florianópolis: Conpedi, 2012. p. 3395-3421. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=9a49a25d845a483f>

BAYLOS, Antonio. Globalización y Derecho del Trabajo: realidad y proyecto. *Cuadernos de Relaciones Laborales*, Madri, n. 15, p. 19-49, 1999. Disponível em:



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO

Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado

<https://revistas.ucm.es/index.php/CRLA/article/view/CRLA9999220019A>

BENSAÏD, Daniel. Um olhar sobre a história e sobre a luta de classes. In: A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas. Buenos Aires: Clacso, 2007. Disponível em: www.biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/formacion-virtual/20100715080344/cap9.pdf

BHATTACHARYA, Tithi. O que é a teoria da reprodução social? Trad. Maíra Mee Silva e Mariana Luppi. In: Outubro, n. 32, 1º semestre de 2019. Disponível em: www.outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2019/09/04_Bhattacharya.pdf

DELGADO, Mauricio Godinho. Direitos fundamentais na relação de trabalho. Revista de Direitos e Garantias Fundamentais, Vitória, n. 2, p. 11-39, 2007. Disponível em: <http://sisbib.emnuvens.com.br/direitosegarantias/article/view/40>

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? CADERNO CRH, Salvador, v. 24, n. 01, p. 37-57, 2011. Disponível em: https://www.ufjf.br/angelo_esther/files/2012/10/RH-I-PRECARIZAÇÃO-DO-TRABALHO-2011.pdf

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa*: mulheres, corpos e apropriação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017. Disponível em: http://coletivoscorax.org/wp-content/uploads/2019/09/CALIBA_E_A_BRUXA_WEB-1.pdf

FUDGE, Judy (2014) Feminist Reflections on the Scope of Labour Law: Domestic Work, Social Reproduction and Jurisdiction. *Feminist Legal Studies*, 22 (1). pp. 1-23. Disponível em <https://kar.kent.ac.uk/44225/>

LERUSSI, Romina. (2018). Escritos para una filosofía feminista del derecho laboral. Estudios del Trabajo. *Revista de la Asociación Argentina de Especialistas en Estudios del Trabajo* (ASET), (56). Disponível em: <https://aset.org.ar/ojs/revista/article/view/37>

MIRAGLIA, Livia Mendes Moreira; HERNANDEZ, J. N. (Org.) ; OLIVEIRA, R. F. S. (Org.) . Trabalho escravo contemporâneo: conceituação, desafios e perspectivas. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018. Disponível em: <https://pos.direito.ufmg.br/wp-content/uploads/colecao-ppgd-ufmg-2018/Trabalho%20Escravo%20Contempor%C3%A2neo-L%C3%ADvia%20Miraglia-EB.pdf>

NICOLI, Pedro Augusto Gravatá. O sujeito trabalhador e o Direito Internacional Social: a aplicação ampliada das normas da Organização Internacional do Trabalho. Belo Horizonte: UFMG, 2015. Disponível em <https://ufmg.academia.edu/PedroNicoli>

PEREIRA, Flávia Máximo; MURADAS, Daniela. Decolonialidade do saber e Direito do Trabalho brasileiro: sujeições interseccionais contemporâneas. *Revista Direito e Práxis*, v. 9, p. 37, 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/30370>

QUIJANO, Aníbal. El trabajo. *Argumentos*. 146. Año 26. Núm. 72. mayo-agosto 2013. Disponível em <http://www.scielo.org.mx/pdf/argu/v26n72/v26n72a8.pdf>

SEFERIAN, Gustavo. “Onze proposições sobre o direito do trabalho desde a perspectiva



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

ecossocialista”. Teoria Jurídica Contemporânea, v.4, n.1, p. 89-110, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rjur/article/view/24406/17783>

SILVA, Sayonara Grilo Coutinho Leonardo da. A relação entre normas coletivas autônomas e legislação estatal: duas notas sobre o modelo normativo brasileiro. Revista do Tribunal Superior do Trabalho, São Paulo, SP, v. 82, n. 4, p. 313-335, out./dez. 2016. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/102000>

SUPIOT, Alain. “What International Social Justice in the Twenty-First Century?” in Darcy du Toit [ed.] Labour Law and Social Progress Holding the Line or Shifting the Boundaries?, “Bulletin for Comparative Labour Relations”, n° 92, 2016. (versão em inglês ou espanhol) Disponível em: <https://www.college-de-france.fr/site/alain-supiot/articles-en-ligne.htm> e https://www.college-de-france.fr/media/alain-supiot/UPL7069441684883113359_Supiot_CapeTown_September_2015_ES.pdf

VIANA, Márcio Túlio. Da greve ao boicote: os vários significados e as novas possibilidades das lutas operárias. Revista da Faculdade de Direito da UFMG. Belo Horizonte, n. 50, p. 239-264, jan./jul. 2007. Disponível em: <https://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/view/36/0>



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO

Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado

Área de Estudo: H-07 – Direito, Tecnociências e Interdisciplinaridade

Referências temáticas

- 1) Pessoa e novas tecnologias
- 2) Pessoa e sistema
- 3) Pessoa, identidade e informação
- 4) Pessoa e melhoramentos morais
- 5) Governamentalidade algorítmica
- 6) Impactos políticos das TICs
- 7) Big data, capitalismo da informação e cultura da vigilância
- 8) Desafios da inteligência artificial
- 9) Neuroética e Neurodireito
- 10) Vieses cognitivos e tomada de decisão no direito

Referências bibliográficas

ALVES, Marco Antônio Sousa Alves. O panoptismo digital: reflexões sobre o poder na sociedade da informação. In: ALVES, Marco Antônio Sousa Alves; NOBRE, Márcio Rimet. *A sociedade da informação em questão: o direito, o poder e o sujeito na contemporaneidade*. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019, p. 47-70.

ALVES, Marco Antônio Sousa Alves. Cidade inteligente e governamentalidade algorítmica: liberdade e controle na era da informação. *Philosophos*, v. 23, n. 2, Goiânia, p. 191-232, 2018.

BRASS, Marcel; FURSTENBERG, Ariel; MELE, Alfred R. Why neuroscience does not disprove free will. *Neuroscience & Biobehavioral Reviews*, 102, p. 251-263, jul. 2019. DOI: 10.1016/j.neubiorev.2019.04.024

BUNGE, Mario. *Emergence and Convergence: Quality Novelty and the Unity of Knowledge*. Toronto: Toronto University Press, 2003. (p. 3-69).

FLORIDI, Luciano. *The Ethics of Information*. Oxford: Oxford University Press, 2013. (Cap. 11: The informational nature of selves, p. 210-227).

INGOLD, Tim. *The Perception of the Environment: Essays on Livelihood, Dwelling and Skill*. Oxford: Routledge, 2000. (Cap. 21, 22 e 23, p. 373-419).



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO

Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado

KURKI, Visa A. J. *A Theory of Legal Personhood*. Oxford: Oxford University Press, 2019.

LYON, David. Surveillance Culture: engagement, exposure, and ethics in digital modernity. *International Journal of Communication*, vol. 11, p. 824-842, 2017.

PIETRZKOWSKI, Thomas & STANCIOLI, Brunello. *New Approaches to the Personhood in Law*. Frankfurt: Peter Lang, 2016. (p. 7-34; p. 127-146).

ROUVROY, Antoinette; BERNS, Thomas. Governamentalidade algorítmica e perspectivas de emancipação: o díspar como condição de individuação pela relação? *Revista Eco Pós*, vol. 18, n. 2, p. 35-56, 2015.

SAVULESCU, Julian; PERSSON, Ingmar. *Inadequado para o futuro: a necessidade de melhoramentos morais*. Tradução de Brunello Stancioli. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

SHAW, Elizabeth; PEREBOOM, Derk; CARUSO, Gregg D. (eds.). *Free Will Skepticism in Law and Society: challenging retributive justice*. Cambridge University Press, 2019. (cap. 1-5, p. 1-115).

SHEN, Francis X. The Law and Neuroscience Bibliography: Navigating the Emerging Field of Neurolaw. *International Journal of Legal Information*, 38, p. 352-399, 2010. SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2077934>

VERPLAETSE, Jan; SCHRIJVER, Jelle; VANNESTE, Sven; BRAECKMAN, Johan (eds.). *The Moral Brain: Essays on the Evolutionary and Neuroscientific Aspects of Morality*. Dordrecht: Springer, 2009. (Introduction, p. 1-43).

ZUBOFF, Shoshana. Big other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação. In: BRUNO, Fernanda et al. (orgs). *Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem*. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 17-68.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

Área de Estudo: H-08 – Direito Penal, Filosofia do Direito e Interdisciplinaridade

Referências temáticas

- 1) Direito, moral e religião: fundamentos, interseções, distinções;
- 2) Teorias da pena;
- 3) Princípios constitucionais do Direito Penal;
- 4) Democracia e garantismo;
- 5) Imputabilidade;
- 6) Livre-arbítrio, determinismo e (in)exigibilidade de conduta diversa;
- 7) Cultura e natureza humana;
- 8) Ser e dever ser, falácia naturalista;
- 9) Neurociência e crime;
- 10) Psicologia e crime.

Referências bibliográficas

BATISTA, Nilo. Introdução crítica ao Direito Penal brasileiro. 4ª ed. Rio de Janeiro: Revan: 2001. 136p. (§8º a §13º)

FERRAJOLI, Luigi. Direito e razão: teoria do garantismo penal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. 768p. (cap. 2, 4 a 8).

VIANNA, Túlio. Um outro direito. Fórum. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

VIANNA, Túlio. Transparência pública, opacidade privada: o Direito como instrumento de limitação do poder na sociedade de controle. Rio de Janeiro: Revan, 2007. 232 p.

VIANNA, Túlio; MATTOS, Geovana Tavares de. A inconstitucionalidades da conduta social e personalidade do agente como critérios de fixação da pena.,
in Anuario de Derecho Constitucional Latinoamericano, v. 14, p. 305-323, 2008. (disponível em: <www.tuliovianna.org>).

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. BATISTA, Nilo. ALAGIA, Alejandro. SLOKAR, Alejandro. Direito Penal Brasileiro: primeiro volume Teoria Geral do Direito Penal. Rio de Janeiro: Revan, 2003. (ZAFFARONI: §1 a 7 e §10 a 12)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL**

Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado

ZIMBARDO, Philip. O efeito Lúcifer. Record: 2012. Cap. 12 e 13. PEREBOON, Derk. Free will skepticism and criminal punishment. *in* The Future of Punishment, Thomas Nadelhoffer, ed., New York: Oxford University Press, 2013, pp. 49-78.

HAIDT, Jonathan. The emotional dog and its rational tail. *Psychological Review*. 2001. Vol. 108. No. 4, 814-834

GREENE, Joshua. For the law, neuroscience changes nothing and everything. *Phil. Trans. Royal Society, London. B* (2004) 359, 1775–1785

GREENE, Joshua. From neural 'is' to moral 'ought': what are the moral implications of neuroscientific moral psychology? *Nature Reviews Neuroscience* 4, 846-850 (October 2003).

PINKER, Steven. *Tábula rasa: a negação contemporânea da natureza humana*. Companhia das Letras, 2004. Parte I-IV.

LIBET, Benjamin. Do We Have Free Will? *Journal of Consciousness Studies*, 6, No. 8-9, 1999, pp. 47-57.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO

Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado

Área de Estudo: H-09 – Direito Civil na Interdisciplinaridade

Referências temáticas

- 1) Início e fim da personalidade jurídica.
- 2) Direitos da personalidade no contexto das novas tecnologias.
- 3) História do Direito Civil brasileiro.
- 4) Metodologia de direito comparado e Direito Civil.
- 5) Direito Civil e o fenômeno negocial: autonomia e proteção confiança.
- 6) Autonomia no Direito de Família e aspectos bioéticos do planejamento familiar.
- 7) Direito Civil e proteção dos vulneráveis.
- 8) Jules Coleman e o paradigma do mercado.
- 9) Ernest Weinrib e a ideia de direito privado.
- 10) Igualdade e responsabilidade em Arthur Ripstein.

Referências bibliográficas

COLEMAN, Jules L. **Riesgos y daños**. Madri: Marcial Pons, 2010 (capítulo I).

LARA, Mariana Alves. **Capacidade civil e deficiência**: entre autonomia e proteção. Belo Horizonte: D'Plácido, 2019. p. 21-166.

LUNA, Florencia. La Declaración de la Unesco y la vulnerabilidad: la importancia de la metáfora de las capas. In: CASADO, María (coord.). **Sobre la dignidad y los principios**: análisis de la Declaración Universal sobre Bioética y Derechos Humanos UNESCO. Madrid: Civitas, 2009, p. 255-266.

MICHAELS, Ralph. The Functional Method of Comparative Law. **The Oxford Handbook of Comparative Law**. Edited by Mathias Reimann and Reinhard Zimmermann. Oxford: Oxford University Press, 2006. p. 339-382

PEREIRA, Fabio Queiroz; LARA, Mariana Alves. A situação jurídica do ente por nascer: uma análise crítica em busca de coerência normativa. **Revista Brasileira de Direito Civil – RBDCivil**, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, abr./jun., 2020. p. 17-42.

PEREIRA, Fabio Queiroz. **O ressarcimento do dano pré-Contratual**: interesse negativo e interesse positivo. São Paulo: Almedina, 2017. p. 95-226.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO

Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado

PEREIRA, Fabio Queiroz; MORAIS, Luísa Cristina de Carvalho; LARA, Mariana Alves (Orgs.). **A teoria das incapacidades e o Estatuto da Pessoa com Deficiência**. 2. ed. Belo Horizonte: D'Plácido, 2018.

REITZ, John C. "How to Do Comparative Law". **The American Journal of Comparative Law**, Michigan, vol. 46, 1998. p. 617-636.

RIPSTEIN, Arthur. **Equality, responsibility, and the law**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999 (capítulo 1).

ROBERTO, Giordano Bruno Roberto. **Introdução a história do direito privado e da codificação**. 4. ed. Belo Horizonte: Editora Lafayette, 2020.

SAVULESCU, Julian; KAHANE, Guy. The moral obligation to create children with the best chance of the best life. **Bioethics**, vol. 23, n. 5, 2009. p. 274-290.

STANCIOLI, Brunello. **Renúncia ao exercício de direitos de personalidade**: ou como alguém se torna o que quiser. 2. ed. Belo Horizonte: D'Plácido, 2017.

VILLELA, João Baptista. **Liberdade e Família**. Belo Horizonte: Faculdade de Direito da UFMG, 1980.

WEINRIB, Ernest. **La idea de derecho privado**. Madri: Marcial Pons, 2017 (capítulo I).

ZUBOFF, Shoshana. Big other: surveillance capitalism and the prospects of an information civilization. **Journal of Information Technology**, vol. 30, 2015. p. 75-89.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

Área de Estudo: H-10 – Direito Político

Referências temáticas

- 1) A ideia de justiça política: eficácia jurídica do princípio democrático sob a perspectiva do Direito Político e dos direitos políticos
- 2) Participação política como liberdade fundamental: o Estado da Justiça
- 3) Justiça Eleitoral: da legitimação pelo procedimento.
- 4) Partidos Políticos e Sistemas Eleitorais
- 5) Ética e as relações entre Estado, Política e Cidadania sob a perspectiva do Direito Político
- 6) Direito Político: A Educação em Direitos Humanos e sua conexão com a segurança e certeza do Direito
- 7) Participação política e controle constitucional no processo democrático.
- 8) Dos direitos políticos e dogmática eleitoral, sob a égide da CR/88: interações, reforços e distensões.
- 9) Judicialização da política e pós-democracia
- 10) Soberania e ideologia entre cosmopolitismo e hospitalidade.

Referências bibliográficas

ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ALVES, A. D.. Breves considerações sobre as origens da figura do presidente forte presente na Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891. In: III Congresso Internacional de Direito Constitucional e Filosofia Política, 2018, Curitiba. A desigualdade e a Reconstrução da Democracia Social: Anais do III Congresso Internacional de Direito Constitucional e Filosofia Política., 2017.

ALVES, Adamo Dias. A história do conceito de bonapartismo: uma análise semântica aplicada aos séculos XIX e XX. Belo Horizonte: Conhecimento livraria e distribuidora, 2018

ALVES, Adamo Dias; CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade; GOMES, David Francisco Lopes. Constitucionalismo e Teoria do Estado: Ensaios de História e Teoria Política. Belo Horizonte: Arraes, 2013.

BARCELOS, J. R. (Org.) ; CAMPOS SILVA, Adriana (Org.) ; PEREIRA, C. (Org.) ; MERINO, A. G. (Org.) ; MAYOS, G. (Org.) ; SANTOS, G. (Org.) ; BERTTONI, I. (Org.) ; RAMOS, M. M. (Org.) ;



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO

Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG

ANEXO III do EDITAL

Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado

REPOLES, M. F. S. (Org.) ; ZANITELLI, L. M. (Org.) . Law and vulnerability | Derecho y vulnerabilidad | Direito e vulnerabilidade.. -. ed. , 2016.

BERCOVICI, Gilberto et al. Teoria da Constituição: estudos sobre o lugar da política no direito constitucional. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

BILBENY, Norbert. La identidad cosmopolita: los limites del patriotismo en la era global. Barcelona: Kairós, 2007

BROCHADO, Mariah. Pós-Democracia e neojudicatura: entre a nova razão do mundo e o combate à corrupção no Brasil. In: BROCHADO, Mariah; PORTO, Lucas Magno O.; SARKIS, Jamilla Monteiro; AMORIM, Rafael Amorim de (org.) *Olhar distanciado sobre o combate à corrupção: o caso Lava Jato entre direito e política*. Curitiba: CRV, 2020.

BROCHADO, Mariah. Teoria geral do direito e da política. In: Filosofia do direito e formação humanística para concursos. Curitiba: CRV, 2016

BROCHADO, Mariah. Filosofia do direito e formação humanística para concursos. Curitiba: CRV, 2016.

BROCHADO, Mariah. Hermenêutica pós-positivista e pós-democrática. Belo Horizonte: Escola Superior do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, 2017. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ydZ3Q8rIK9U&feature=youtu.be>

CAMPOS SILVA, Adriana; SANTOS, P. P. ; Júlia Rocha de Barcelos . Democracia e informação: o voto nulo no Brasil. Revista direitos fundamentais & democracia (UniBrasil), v. 22, p. 257-277, 2017.

CAMPOS SILVA, Adriana; STUDART, Paulo Henrique M. ; Júlia Rocha de Barcelos . Corrupção e Reforma Política. In: Cristiana Fortini. (Org.). Corrupção e seus múltiplos enfoques jurídicos. 1ed.Belo Horizonte: Forum, 2019, v. 1, p. 232-246.

CAMPOS SILVA, Adriana; MORAIS, Ricardo. M. O. . As teorias da soberania: uma análise a partir de Foucault. REVISTA ELETRÔNICA DIREITO E POLÍTICA, v. 12, p. 272-292, 2017.

CAMPOS SILVA, Adriana; [Assis, Christiane Costa](#) . Direito, Interpretação Constitucional e Interpretação Conforme a Constituição. Revista Paradigma, v. 26, p. 153, 2017.

BARCELOS, J. R. (Org.) ; **CAMPOS SILVA, Adriana** (Org.) ; PEREIRA, C. (Org.) ; MERINO, A. G. (Org.) ; MAYOS, G. (Org.) ; SANTOS, G. (Org.) ; BERTTONI, I. (Org.) ; RAMOS, M. M. (Org.) ; REPOLES, M. F. S. (Org.) ; ZANITELLI, L. M. (Org.) . Law and vulnerability | Derecho y vulnerabilidad | Direito e vulnerabilidade.. -. ed. , 2016.

CATTONI DE OLIVEIRA, M. A.. Contribuições para uma Teoria Crítica da Constituição. 1. ed. Belo Horizonte: Arraes, 2017. v. 1. 131p .

COELHO, Vera Schattan P.; NOBRE, Marcos (Orgs.). Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: Editora 34, 2004.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG

ANEXO III do EDITAL

Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado

COSTA, Pietro. Soberania, representação, democracia: ensaios de história do pensamento jurídico. Curitiba: Juruá, 2010.

INÁCIO, M. & RENNÓ, L. (orgs.). Legislativo brasileiro em perspectiva comparada. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. A difusão parlamentar do sistema partidário: exposição do caso brasileiro. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO

Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado

Área de Estudo: H-11 – Crítica marxista à economia política, ao Direito e ao Estado

Referências temáticas

- 1) Revolução social, bonapartismo e a questão da autonomização do estado
- 2) Mercadoria: valor, valor de uso, valor de troca, fetichismo
- 3) Crítica ao Direito e à igualdade jurídica: a questão do igual padrão de medida
- 4) Acumulação primitiva e colonização
- 5) O fetichismo do capital: rendimento e suas fontes
- 6) Especificidades nacionais e vias revolucionárias
- 7) Ontologia do ser social e trabalho
- 8) Direito do trabalho e luta de classes: entre reforma social e revolução
- 9) Ecosocialismo: crítica da ecologia política, progresso e desenvolvimento
- 10) O velho Marx e a crítica à economia política, ao Direito e ao Estado

Referências bibliográficas

BENSAÏD, Daniel. “Os tormentos da matéria (Contribuição à crítica da ecologia política). In: **Marx, o intempestivo**. Trad. Luiz Cavalcanti de M. Guerra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p.431-495.

LUKÁCS, György. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. In: O Jovem Marx e outros escritos de filosofia. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007.

LUXEMBURGO, Rosa. „Reforma social ou revolução?“ In: LOUREIRO, Isabel (org.). **Textos escolhidos**, vol. I, São Paulo: UNESP, 2011, , p.1-88.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luis Bonaparte**. Trad. Leandro Konder. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1997.

_____. “A mercadoria“. In: **O Capital, Livro I**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 113-158.

MUSTO, Marcelo. **O velho Marx**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____.“A assim chamada acumulação primitiva“ e “A moderna teoria da colonização“. In: **O Capital, Livro I**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 785-844.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG

ANEXO III do EDITAL

Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado

____. „O rendimento e suas fontes“. In: **O Capital, Livro III**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 877-895.

____. **Crítica ao programa de Gotha**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A luta de classes na Rússia**. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013.

MUSTO, Marcelo. **O velho Marx**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 15-58.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado

LINHA DE PESQUISA 4
ESTADO, RAZÃO E HISTÓRIA

Área de Estudo: E-01 – Teoria da Justiça

Referências temáticas

- 1) Direito e valor.
- 2) Direito e coerção.
- 3) Direito e liberdade.
- 4) Direitos fundamentais.
- 5) Teoria da justiça no pensamento antigo e sua atualidade: a reflexão grega e as instituições romanas.
- 6) Direito e tolerância.
- 7) O problema da justiça no Idealismo Alemão.
- 8) Evolução ética do Estado de Direito.
- 9) Fundamentos filosóficos da hermenêutica jurídica.
- 10) O desenvolvimento do Liberalismo no século XX: limites e impactos para a Teoria da Justiça.

Referências bibliográficas

BOBBIO, Norberto. *O positivismo jurídico*; lições de filosofia do direito. Trad. Márcio Pugliesi, Edson Bini e Carlos E. Rodrigues. São Paulo: Ícone, 1995.

FARALLI, Carla. *A filosofia contemporânea do direito*: temas e desafios. Tradução de Candice Premaor Gullo. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MATAMACHADO, Edgar de Godoi da. *Direito e Coerção*. São Paulo: Unimarco, 1999

SALGADO, Joaquim Carlos. *A Idéia de justiça em Kant*: seu fundamento na Liberdade e na igualdade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1995.

SALGADO, Joaquim Carlos. *A idéia de justiça em Hegel*. São Paulo: Loyola, 1996.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

SALGADO, Joaquim Carlos. *A idéia de justiça no mundo contemporâneo*: fundamentação e aplicação do Direito como o Maximum Ético. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

GADAMER, *Verdade e Método*. Petrópolis: Vozes, 2015

GARGARELLA, Roberto. As teorias da justiça depois de Rawls: Um breve manual de Filosofia Política. São Paulo: 2008.

FORST, Rainer. Contextos da Justiça. São Paulo: Boitempo, 2010.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO

Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado

Área de Estudo: E-02 – Filosofia do Estado e Cultura Jurídica

Referências temáticas

- 1) Cultura política grega.
- 2) História das instituições políticas romanas.
- 3) O Direito como fundamento do poder político e do poder religioso no Medievo.
- 4) Representação versus Razão: o homem, o justo e a Filosofia Medieval.
- 5) Modernidade, entre Ilustração e Romantismo.
- 6) Política e História em Kant.
- 7) Hegel: dialética, historicidade e racionalidade.
- 8) Direito, coerção e liberdade.
- 9) Razão e destino do Estado de Direito.
- 10) Dignidade humana, entre o ocidental e o universal.

Referências bibliográficas

- COSTA, Pietro. *Civitas: Storia della cittadinanza in Europa*. 4 v. Roma: Laterza, 1999-2002.
- COSTA, Pietro, ZOLO, Danilo (orgs.). *O Estado de Direito; história, teoria, crítica*. Trad. Carlo Alberto Dastoli. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- DUQUE, Félix. *Historia de la Filosofía Moderna; la era de la crítica*. 2. ed. Madrid: Akal, 1998.
- HEGEL, G.W.F. *Filosofia da História*. Trad. Maria Rodrigues e Hans Harden. 2. ed. Brasília: EdUnB, 1999.
- HORTA, José Luiz Borges. *História do Estado de Direito*. São Paulo: Alameda, 2011.
- HORTA, José Luiz Borges; SALGADO, Karine. *História, Estado e Idealismo Alemão*. Belo Horizonte, EdUFMG, 2017.
- MATA MACHADO, Edgar de Godói da. *Direito e Coerção*. 2. ed. São Paulo: Unimarco, 1999.
- MAYOS, Gonçal. *Macrofilosofía de la Modernidad*. Sevilla: dLibro, 2012.
- REALE, Miguel. *Teoria do Direito e do Estado*. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2000



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado

SALGADO, Joaquim Carlos. *A Idéia de Justiça em Hegel*. São Paulo: Loyola, 1996.

SALGADO, Joaquim Carlos. *A Ideia de Justiça em Kant*; seu fundamento na liberdade e na igualdade. 3. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2012.

SALGADO, Joaquim Carlos. *A Idéia de Justiça no Período Clássico*; ou Da Metafísica do Objeto: a Igualdade. Belo Horizonte: Del Rey, 2018.

SALGADO, Joaquim Carlos; HORTA, José Luiz Borges (Orgs.). *Hegel, Liberdade e Estado*. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

SALGADO, Karine. *A Filosofia da Dignidade Humana*. 2 v. V. I: a contribuição do alto medievo. 1. ed. V. II: porque a essência não chegou ao conceito. 2. ed. Belo Horizonte: Mandamentos, 2009-11.

SALGADO, Karine. *A Paz Perpétua de Kant*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2008.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado

Área de Estudo: E-04 – História da Cultura Jurídica

Referências temáticas

- 1) Escrita da história do direito: fontes e desafios da linguagem jurídica.
- 2) Escrita da história do direito: evolucionismo, continuidade, descontinuidade.
- 3) Escrita da história do direito: perspectivas transnacionais.
- 4) Direito penal e cultura jurídica na modernidade.
- 5) Experiência jurídica e política na Idade Média.
- 6) Limites ao poder político, soberania e direito no “Antigo Regime”.
- 7) Legalidade, Estado e cultura jurídica na modernidade.

Referências bibliográficas

DAL RI JÚNIOR, Arno; SONTAG, Ricardo (org.). *História do direito penal entre medievo e modernidade*. Belo Horizonte: Del Rey, 2011.

COHEN, Deborah; O’CONNOR, Maura. Comparative History, Cross-National History, Transnational History - Definitions. In: _____ (eds.). *Comparison and History*. Europe in crossnational perspective. London: Routledge, 2004. p. ix-xxiv.
https://books.google.com.br/books?id=nmFeJXxQ9dsC&pg=PR5&hl=it&source=gbs_%20selected_pages&cad=3#v=onepage&q&f=false

COSTA, Pietro. *Soberania, representação e democracia*: Ensaios de história do direito. Curitiba: Juruá, 2010.

COSTA, Pietro. Os “senhores da lei”. Lei, interpretação e liberdade no iluminismo jurídico. *Revista da Faculdade de Direito da UFMG*, n. 69, ago/dez 2016. Disponível em: <https://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/view/1809>

COSTA, Pietro. O Estado de Direito: uma introdução histórica. In: COSTA, Pietro; ZOLO, Danilo (orgs.). *O Estado de Direito*. História, teoria, crítica. Tradução de Carlo Alberto Dastoli. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

DUVE, Thomas. História do direito europeu – perspectivas globais. *Revista da Faculdade de Direito UFPR*, vol. 60, n. 3, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/43981>

FIORAVANTI, Maurizio (a cura di). *Lo Stato moderno in Europa*: istituzioni e diritto. Roma-Bari: Laterza, 2002. Tradução espanhola: FIORAVANTI, Maurizio (ed.). *El Estado moderno en Europa*. Madrid: Trotta, 2004. Tradução para o português do capítulo “Giustizia criminale”: SBRICCOLI, Mario. Justiça Criminal. *Discursos Sediciosos*, n. 17/18, 2011. p. 459-486



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO

Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado

FOLJANTY, Lena. Legal transfers as process of cultural translation: on the consequences of a metaphor. *Max Planck Institute for European Legal History Research Paper Series*, n. 2015-09. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2682465

FONSECA, Ricardo M.; SEELAENDER, Airton L. C. L. (orgs.). *História do direito em perspectiva: do Antigo Regime à Modernidade*. Curitiba: Juruá, 2008.

FONSECA, Ricardo M. (org.). *As Formas do Direito: Ordem, Razão e Decisão* (experiências jurídicas antes e depois da modernidade). Curitiba: Juruá, 2013.

GROSSI, Paolo. *A ordem jurídica medieval*. Tradução de Denise Rossato Agostinetti. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

GROSSI, Paolo. *L'Europa del diritto*. Roma-Bari: Laterza, 2007. Traduções: GROSSI, Paolo. *Europa y el derecho*. Traducción de L. Giuliani. Barcelona: Critica, 2007.; GROSSI, Paolo. *A History of European Law*. Translated by Laurence Hooper. Oxford: Blackwell, 2010.; GROSSI, Paolo. *L'Europe du droit*. Traduit par Sylvie Taussig. Paris: Seuil, 2011.

GROSSI, Paolo. *O direito entre poder e ordenamento*. Tradução de Arno Dal Ri Júnior. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

GROSSI, Paolo. *Mitologias jurídicas da modernidade*. 2ª ed. Tradução de Arno Dal Ri Júnior. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007.

GROSSI, Paolo (a cura di). *Storia sociale e dimensione giuridica*. Milano: Giuffrè, 1986. Disponível em: <http://www.centropgm.unifi.it/biblioteca/022/index.htm> Tradução para o português do capítulo “Storia sociale e dimensione giuridica”: GROSSI, Paolo. História social e dimensão jurídica. In: GROSSI, Paolo. *O direito entre poder e ordenamento*. Tradução de Arno Dal Ri Júnior. Belo Horizonte: Del Rey, 2010. Tradução para o português do capítulo “Storia del diritto e storia della società”: SBRICCOLI, Mario. História do direito e história da sociedade – questões de método e problemas de pesquisa. *Sequência (Florianópolis)*, n. 82, ago. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/seq/n82/2177-7055-seq-82-288.pdf>

LACCHÈ, Luigi. Sobre a *Comparative Legal History* e arredores. *Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito PPGDir./UFRGS*, vol. 14, n.1, 2019. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/ppgdir/article/view/100977>

HESPANHA, António Manuel. *Às vésperas do Leviathan: instituições e poder político em Portugal – séc. XVII*. Coimbra: Almedina, 1994.

HESPANHA, António Manuel. *Cultura jurídica europeia: síntese de um milênio*. Coimbra: Almedina, 2012.

HESPANHA, António Manuel (org.). *Justiça e litigiosidade: história e prospectiva*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

PIHLAJAMÄKI, Heikki. Comparative contexts in legal history: are we all comparatists now? *Sequência*



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO

Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado

(Florianópolis), n. 70, jan-jun 2015. Disponível em:
https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-70552015000100057

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SONTAG, Ricardo. A escola positiva italiana no Brasil entre o final do século XIX e início do século XX: a problemática questão da “influência”. In: MECCARELLI, Massimo; PALCHETTI, Paolo (ed.). *Derecho en movimiento: personas, derechos y el derecho en la dinamica global*. Madrid: Universidad Carlos III de Madrid, 2015. Disponível em: <https://e-archivo.uc3m.es/handle/10016/20251#preview>

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília: EdUnB, 2014.

Obs.: é muito desejável o conhecimento de textos clássicos/fontes de época sobre os pontos indicados.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO

Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado

Área de Estudo: E-05 – Fundamentos de Direito Internacional

Referências temáticas

- 1) Estrutura e funções do Ordenamento Internacional: dimensão teórica e histórica.
- 2) Fontes do Direito Internacional.
- 3) O Costume e a Codificação do Direito Internacional.
- 4) O uso da força no ordenamento internacional: desafios contemporâneos, regulação, conselho de segurança e o papel das instituições internacionais.
- 5) Reconhecimento de Estado e de governo no Direito Internacional.
- 6) Tribunais Internacionais Interestatais e de Direitos Humanos e a Judicialização do Direito Internacional.
- 7) Corte Internacional de Justiça: história, jurisdição, procedimento e função no ordenamento internacional.
- 8) Responsabilidade Internacional de Estados e Organizações Internacionais.
- 9) Imunidades dos Estados e das Organizações Internacionais.
- 10) Aplicação do Direito Internacional no âmbito doméstico e a utilização de normas e documentos nacionais no plano internacional.

Referências bibliográficas

BONAFÈ, Beatrice I; PALCHETTI, Paolo. **Relying on general principles in international law**. In: Research handbook on the theory and practice of international lawmaking. Cheltenham: Elgar Publishing, 2016, pp. 160-176. Disponível em: <https://www.academia.edu/29930842/Relying_on_general_principles_in_international_law>

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. **Os Tribunais Internacionais Contemporâneos**. Brasília: FUNAG, 2013. Disponível em: <<http://funag.gov.br/biblioteca/download/1018-tribunais-internacionais-contemporaneos.pdf>>

CONDORELLI, Luigi. **Fontes do Direito Internacional**. In: RAMINA, Larissa; FRIEDRICH, Tatyana. Coleção Direito Internacional Multifacetado. Volume VI. Curitiba, Juruá, 2014. Tradução: Lucas Carlos Lima. Disponível em: <https://www.academia.edu/43356560/Fontes_do_Direito_Internacional_-_Luigi_Condorelli>

CRAWFORD, James. **The Current Political Discourse Concerning International Law**. Modern



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL

Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado

Law Review, Vol. 81, 2018, pp. 1-22. Disponível em: <
<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1468-2230.12314>>

COMISSÃO DE DIREITO INTERNACIONAL DAS NAÇÕES UNIDAS. **Draft Articles on Responsibility of States for Internationally Wrongful Acts with commentaries**. Disponível em < http://legal.un.org/ilc/texts/9_6.shtml > Acesso em 12/04/2018.

INTERNATIONAL LAW ASSOCIATION. **Final Report on Aggression and the Use of Force**. Conference Report Sidney 2018. Disponível em: <
<https://ila.vettoreweb.com/Storage/Download.aspx?DbStorageId=11391&StorageFileGuid=6a499340-074d-4d4b-851b-7a56871175d6>>.

INTERNATIONAL LAW ASSOCIATION. **Final Report: Mapping the Engagement of Domestic Courts with International Law**. Conference Report Johannesburg 2016. Disponível em: <
<https://ila.vettoreweb.com/Storage/Download.aspx?DbStorageId=1440&StorageFileGuid=6eb01948-0855-4ef9-8805-a83d870cad28>>

INTERNATIONAL LAW ASSOCIATION. **Fourth (Final) Report: Recognition and Non-recognition in International Law**. Conference Report Sidney 2018 Disponível em < https://www.ila-hq.org/images/ILA/DraftReports/DraftReport_Recognition.pdf >

LIMA, Lucas Carlos. **O Comitê Jurídico Interamericano da OEA e a codificação do direito internacional regional**. Revista de Direito Internacional, v. 16, p. 292-303, 2019. Disponível em: <
<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/rdi/article/view/6075>>

MADSEN, Mikael Rask; HUNEEUS, Alexandra. **Between Universalism and Regional Law and Politics: A Comparative History of the American, European and African Human Rights Systems**. International Journal of Constitutional Law, Volume 16, 2018, pp. 136-160. Disponível em: <
<https://academic.oup.com/icon/article/16/1/136/4995560>>

PALCHETTI, Paolo; LIMA, Lucas Carlos. **Os 70 anos da Corte Internacional de Justiça: retrospecto e perspectivas futuras do principal órgão judiciário da Organização das Nações Unidas**. In: Lílana Lyra Jubilut; João Carlos Jarochinski Silva; Larissa Ramina. (Org.). A ONU aos 70: contribuições, desafios e perspectivas. 1ed. Paraná: UFPR, 2016, p. 313-353. Disponível em: <
<https://ufmg.academia.edu/LCLima>>

SALIBA, Aziz Tuffi. (Org.) **Direito dos Tratados**. Belo Horizonte: Arraes, 2011.

SALIBA, Aziz Tuffi. **Is the Security Council *legibus solutus*? An Analysis of the Legal Restraints of the UNSC**. Michigan State Law Review. V. 20, n. 2, p. 401-419, 2012. Disponível em: <
<https://digitalcommons.law.msu.edu/ilr/vol20/iss2/11/>>

Para o estudo das referências temáticas também em manuais, sugere-se qualquer manual atualizado de direito internacional, incluindo: SHAW, Malcom. **International law**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008; DO AMARAL Jr, Alberto. **Curso de Direito Internacional Público**. 5a Ed. São Paulo: Atlas, 2015.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado

Área de Estudo: E-06 – *European Studies*

Referências temáticas

- 1) História do Estado de Direito.
- 2) Direitos fundamentais: gênese lógica; gênese histórica.
- 3) Direitos humanos: ocidentalidade; universalidade.
- 4) Cultura política europeia, do pensamento grego à contemporaneidade.
- 5) Democracia como forma política e como valor filosófico.
- 6) Desenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável: os círculos de sustentabilidade.
- 7) Desenvolvimento e coesão social: a contribuição da União Europeia.
- 8) Desenvolvimento político: conceito, desafios e contrapontos.
- 9) Desenvolvimento cultural: direitos culturais, diversidade e diferença.
- 10) História da União Europeia.

Referências bibliográficas

BRANT, Leonardo Nemer Caldeira. *Desenvolvimento Sustentável e Matriz Energética na América Latina*; a universalização do acesso à energia limpa. Belo Horizonte: Centro de Direito Internacional, 2016.

HORTA, José Luiz Borges. *História do Estado de Direito*. São Paulo: Alameda, 2011.

JAMES, Paul (*et al.*) *Urban Sustainability in Theory and Practice*. Circles of Sustainability. London: Routledge and Earthscan, 2015.

MATA DIZ, Jamile Bergamaschine; SALIBA, Aziz T.; SILVA, Roberto L. (Orgs.) *Europa num mundo globalizado*; dilemas da coesão e do desenvolvimento social. Belo Horizonte: Arraes, 2018.

MIDDELAAR, Luuk van. *Europa em Transição*; como um Continente se transformou em União. Trad. Ramon a. Gerrits. São Paulo: É, 2017.

MOLINA DEL POZO, Carlos Francisco. *Manual de Derecho de la Comunidad Europea*. 4. ed. Dijusa, Madrid: Dijusa, 2002.

MORUJÃO, Carlos; OLIVEIRA, Cláudia (coords.) *A Ideia de Europa*; de Kant a Hegel. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2010.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

Processo Seletivo 2021 - PPGD/UFMG

ANEXO III do EDITAL

Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado

SALGADO, Karine; DAL RI JUNIOR, Arno (orgs.) *Entre o Medieval e o Moderno*. Belo Horizonte: EdUFMG.

SALGADO, Joaquim Carlos. *A Idéia de Justiça no Período Clássico*; ou Da Metafísica do Objeto: a Igualdade. Belo Horizonte: Del Rey, 2018.

SIMMS, Brendan. *Europa*, a luta pela supremacia; de 1453 aos nossos dias. Trad. Miguel Freitas da Costa. Lisboa: Edições 70, 2015.